

Rev.

V.

res 30

ATLANTIDA

MENSARIO ARTISTICO,
LITERARIO E SOCIAL
PARA
PORTUGAL E BRAZIL



ANO II

Nº 13

ATLANTIDA

DIRECTORES :

NO BRASIL — João do Rio

EM PORTUGAL — João de Barros

SECRETÁRIO : Elísio de Campos — EDITOR : Pedro Bordalo Pinheiro

N.º 13

15 de Novembro de 1916

SUMÁRIO

Atlantida

15 de Novembro

<i>O Catholicismo no Brasil</i>	Antonio Tóres
<i>Russa de má pélo</i>	Teixeira de Queiroz
<i>Terra desconhecida</i>	Flexa Ribeiro
<i>O «Perigo americano»</i>	José de Campos Pereira
<i>As Universidades</i>	J. M. de Queiroz Velloso

REVISTA DO MÊS

<i>Afirmações da consciência nacional</i>	Jaime Cortesão
<i>O mês literário</i>	Elísio de Campos Marques Braga
<i>Os Teatros</i>	Avelino de Almeida
<i>Economia & Finanças</i>	X.

NOTÍCIAS & COMENTÁRIOS

Reproduções de Condeixa e Antonio Carneiro.
Desenhos de Raul Lino e Santos Silva.

CONDIÇÕES DE ASSINATURA

PORTUGAL, ILHAS E COLÓNIAS

Um ano (12 números)	2\$80
Seis meses	1\$50

PAÍSES DA UNIÃO POSTAL

Um ano (12 números)	Frs. 15
-------------------------------	---------

Número avulso em Portugal \$25

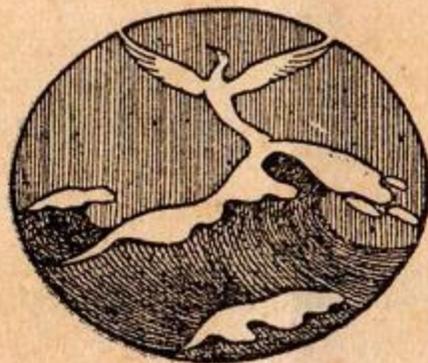
REDACÇÃO: Rua Antonio Maria Cardoso, 26
ADMINISTRAÇÃO: Largo do Conde Barão, 49

LISBOA

ATLANTIDA

MENSARIO ARTISTICO,
LITERARIO E SOCIAL
PARA
PORTUGAL E BRAZIL

SOB O ALTO PATROCINIO DE S. EX.^{AS}
OS MINISTROS DAS RELAÇÕES EXTERIORES
DO BRAZIL
E DOS EXTRANGEIROS E FOMENTO
DE PORTUGAL



R. 111

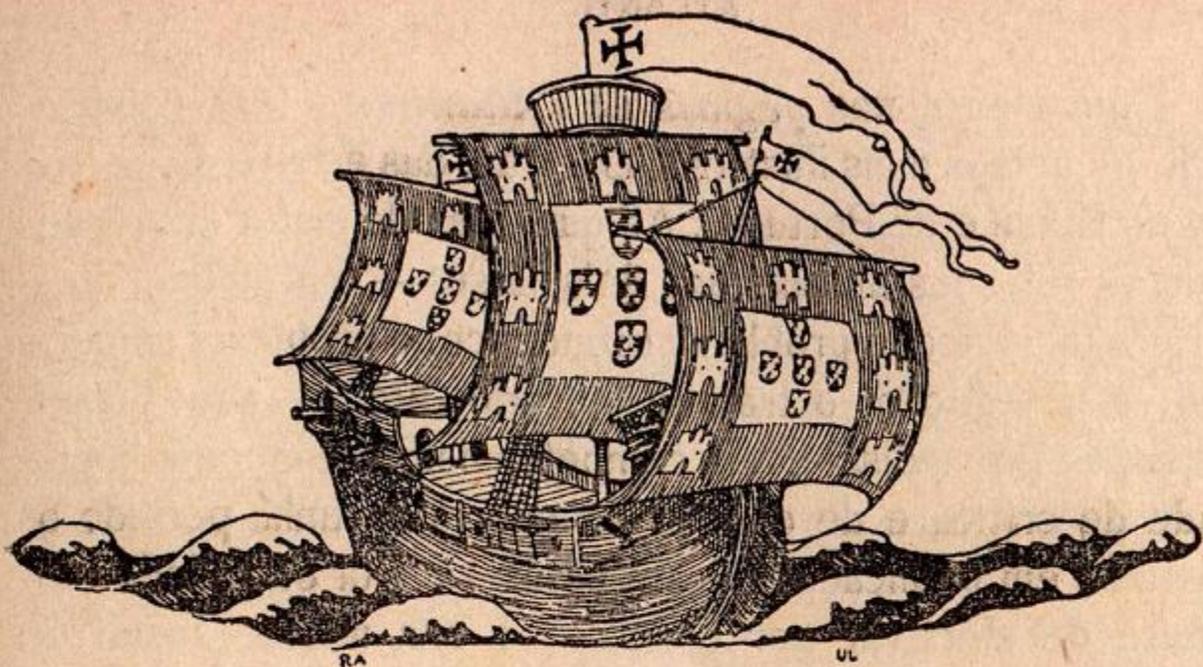
DIRECTORES:

João do Rio e João de Barros

EDITOR: Pedro Bordalo Pinheiro

REDACÇÃO: Rua António Maria Cardoso, 27

IMPrensa LIBANIO DA SILVA, Travessa do Fala-Só, 24 — LISBOA



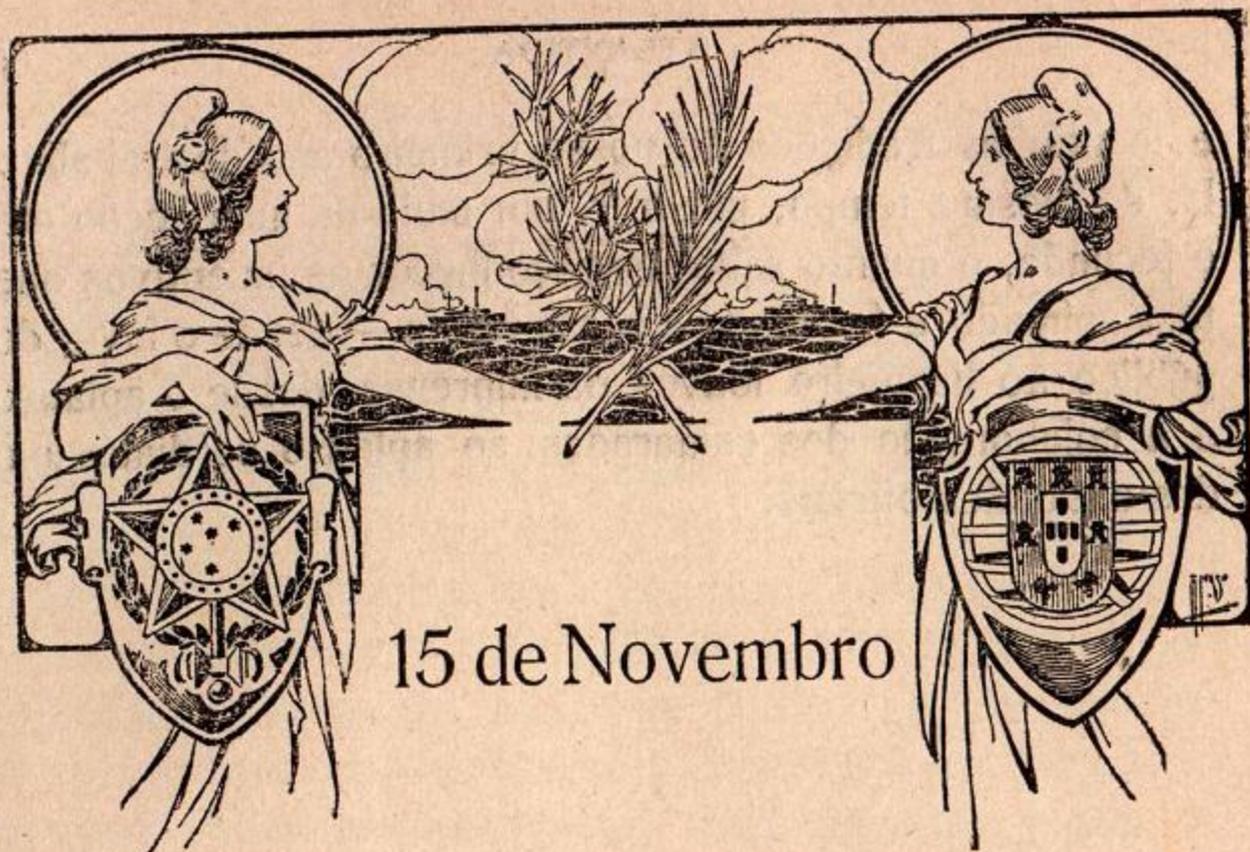
«ATLANTIDA»

Não é sem um certo orgulho e uma desvanecida alegria que a *Atlantida* inaugura hoje o segundo ano da sua publicação. Quando, há um ano, num gesto de tranqüila audácia que muitos censuraram, fizemos sair o seu primeiro número, confiávamos já no êxito que obteria a nossa revista. Esta nossa confiança não provinha de qualquer sentimento de vaidade. Mas da certeza, em que estávamos, de que o público português e brasileiro exigia e exige um órgão comum de aspirações e de interêsses, um laço comum de aproximação intelectual e moral. Não esperávamos, no entanto — para quê negá-lo? — um sucesso tão imediato, tão seguro e tão confiante. E se, mercê das circunstâncias que vimos atravessando, a «*Atlantida*» teve de vencer e dominar mil dificuldades materiais, e tem vivido, portanto, de sacrifícios e dedicação pela missão que se impôs — a verdade é que devido a êsse carinhoso sucesso pôde realizar em grande parte a aspiração para que se criou: — tornar mais decisivamente amigáveis e íntimas as relações luso-brasileiras, ou, para melhor dizer, contribuir para o maior esplendor, vigor e brilho da língua, da literatura e da solidariedade *lusitanas*.

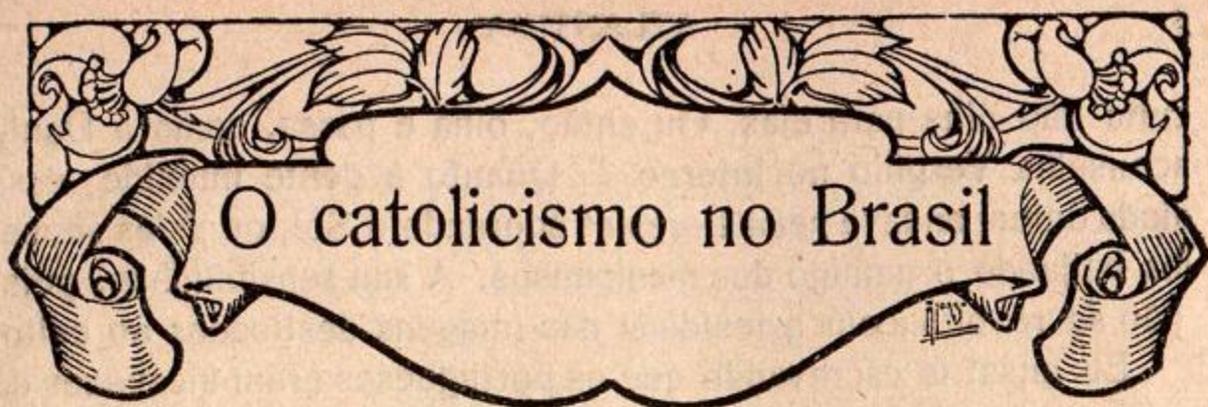
Com efeito, nas páginas da «*Atlantida*» têm colaborado os nomes mais ilustres das letras, das artes e da ciência do Brasil e de Portugal. As questões de maior interêsse para as relações mútuas dos dois países — o problema literário e filológico, o problema económico, o problema comercial, a navegação, o tratado literário, etc., — aqui foram versados por indiscutíveis competências, e com uma liberdade de crítica e de opinião de que já se tinha perdido o costume em publicações desta natureza. Por outro lado, no intuito de efectivar por completo a sua missão social, a «*Atlantida*» promoveu no Rio de Janeiro, por intermédio do seu director no Brasil, uma grande festa em benefício da Cruz Vermelha Portuguesa, festa que foi o pretexto para calorosas manifestações de simpatia a Portugal. E, em Lisboa, promoveu um banquete a Olavo Bilac, banquete a que assistiram os vultos mais eminentes da literatura e da política nacionais, e em que o extraordinário Poeta pôde verificar, além da profunda admiração que o seu nome em todos despertava e suscitava, o carinho imenso que a *élite* portuguesa dedica, apaixonadamente, à grande nação brasileira.

Houve, sem dúvida, erros e defeitos na nossa obra. Procuraremos corrigi-los e emendá-los, intensificando mais o nosso esforço de aproximação, tornando cada vez mais conhecidas uma da outra a alma dos dois países fraternos. Assim, a «*Atlantida*» propõe-se organizar, neste ano que hoje começa, uma série de conferências sobre o Brasil, em Lisboa e no Porto; e, no Rio de Janeiro e em S. Paulo, pelo menos, uma série de conferências sobre Portugal. Essas conferências, feitas por algumas das personalidades mais eminentes na sociedade brasileira e portuguesa serão integralmente publicadas na «*Atlantida*», e acompanhadas de gravuras e gráficos explicativos. Esperamos, por mais esta iniciativa que pode ser de tão grande alcance, honrar

e manter as tradições do nosso primeiro ano de trabalho. E, ao mesmo tempo, mostrar, por meio de uma acção útil e fecunda, o quanto sabemos reconhecer os incentivos que têm animado e facilitado a nossa tarefa — desde o favor do público ao lisonjeiro louvor da imprensa, desde o aplauso e a colaboração dos camaradas ao aplauso cordialíssimo das entidades oficiais.



O Brasil celebra hoje uma das suas datas cívicas mais gloriosas: — o aniversário da proclamação da República. Com a realização dêsse facto, devida em grande parte à *élite* do país, os brasileiros integraram-se no movimento social da América, onde, no dizer do grande escritor e educador Afrânio Peixoto, não pode haver senão democracias. E, por isso mesmo, e nunca pela deposição do velho e simpático Imperador, ainda e sempre respeitado além-Atlântico, o 15 de Novembro é festejado tão solenemente, num dia de gala nacional para todos os brasileiros. É com a mesma ardente fé que êles têm no futuro do seu país que a «*Atlantida*» hoje se associa à patriótica celebração publicando o retrato do Dr. Lauro Muller, o ilustre Ministro das Relações Exteriores, cuja figura de raro prestígio representa bem a cultura, o progresso e o patriotismo do Brasil.



O catolicismo no Brasil

É noite de Natal. Quási uma hora da manhã. Estive com um amigo em duas igrejas. Tentámos ouvir a *missa do galo*, mais como observadores do que como devotos. Em cada uma das igrejas em que estivemos não conseguimos permanecer mais do que uns dez minutos. Deus! Como são horríveis as igrejas no Rio! Não há encanto dentro delas. O *recóco* é o maior inimigo do misticismo. No Rio há apenas duas igrejas onde se pode estar alguns momentos com certa compunção: é a do Coração de Jesus, à rua Benjamin Constant, perto do *templo da Humanidade*, e a da Imaculada Conceição, em Botafogo. São duas capelas góticas, de um gótico muito suspeito, é verdade, mas enfim duas capelas que recordam, pelo menos recordam, nas suas ogivas e vitrais, as velhas catedrais góticas que o século XIII viu surgir pela Europa, subjugando as almas ao pêso das suas abóbadas e atirando às nuvens as flechas das suas tôrres altívolas. Os demais templos do Rio podem ser deslumbrantes, como o de S. Francisco da Penitência, opulentos como a Candelária, historicamente sugestivos como o do Castelo ou o de S. Bento. Mas não têm alma, não têm elevação, não têm misticismo. Os templos do Rio parecem feitos de propósito para gôzo de padres toscos e beatas imbecis. Não foram feitos para os grandes êxtases dos místicos. São igrejas chatas, acachapadas como fornos primitivos, de colunas chanfradas, altares sem encanto e nichos povoados por imagens grosseiras, de uma fealdade apavorante e barbara. Encontram-se nas igrejas do Rio imagens horrendas como ídolos cartagineses. A piedade do povo miúdo contenta-se com elas. A piedade dá gente mais

culta não olha para elas. Ou então, olha e passa, como a Dante aconselha Vergílio no Inferno... Quanto à gente humilde, essa ainda ontem andava pelas florestas adorando o Sol, ou pelas senzalas beijando o umbigo dos manipansos. A sua sensibilidade, pois, não se revolta com a fealdade das imagens destinadas ao culto.

Eu quasi ia escrevendo que os portugueses eram incapazes de criar primores de arquitectura. Mas lembrei-me de que Portugal tem os Jerónimos e levantou o templo da Batalha. Entretanto a herança que nos deixou Portugal aqui no Brasil, em matéria de templos, é lamentável. Com excepção de algumas obras de talha que se podem ver em S. Bento, em S. Francisco da Penitência, no Castelo e em poucos templos mais, a restante arte portuguesa no Brasil é pavorosa. O capítulo *Imageria* é monstruoso. E o que se nota no Rio pode-se observar por todo o país. É raro encontrar-se nesta imensa terra uma imagem de qualquer santo ou de qualquer virgem que não aterre pela hediondez. Há por êste Brasil em fora imagens antigas, históricas, vindas do velho Reino, que são verdadeiros espécimes de faunas carboníferas, monstros ante-diluvianos, agiossáurios formidáveis, que o povo venera ingenuamente e o clero tranqüilamente explora.

Aliás, o nosso povo do interior dá-se por plenamente satisfeito com os seus *santos*. Para o nosso povo todo o *santo*, por mais hediondo que seja, é sempre *perfeito*. «Esta imagem é muito perfeita» é uma frase corrente entre o vulgo. É pecado achar um *santo* feio. Não me esqueço da indignação em que vi um pároco em Minas com a estupidez dos seus paroquianos a propósito de uma imagem. Havia na matriz dêsse pároco um S. Pedro muito parecido com o Sr. Barbosa Lima. O reverendo resolveu por isso sequestrá-lo aos olhos dos fiéis, entendendo que imagem tão mal acabada só poderia servir para tirar a fé ao povinho. Mandou, pois, levar o manipanso para o presbitério e lá o guardou num quarto de ferros velhos, até que chegasse o dia de fazer com êle um auto de fé em regra. Ora sucedeu que um domingo, após a missa, o vigário recebeu a visita de umas famílias simples, gente roceira, dessa que trás de presente ao padre capoeiras de galinhas e lombos de porco todas as semanas. No correr da palestra, alguém perguntou pelo S. Pedro, que desaparecera da igreja. Explicou o vigário que aquela imagem era imperfeita e inconveniente. Por isso a retirara êle e ia mandar buscar outra mais em condições.



DR. LAURO MULLER
Ministro das Relações Exteriores do Brasil

Na roda havia umas senhoras que não conheciam a imagem...

— Pois eu lhes mostro, disse o pároco. Verão se não tive razão para retirá-la. Venham aqui a êste quarto...

Chegando ao quarto, descobriu a imagem, abriu mais uma janela para haver mais luz e perguntou às mulheres:

— Então? Que lhes disse eu?

— Ah! gente! exclamaram elas, juntando as mãos. Que *prefeição!* Que santo bonito!

O pároco foi às nuvens e contava-me isto horas depois, bufando de indignação.

É por esta bitola que se afere a sensibilidade estética do nosso povo. Daí, a quantidade assombrosa de imagens simiescas que ocupam os nichos das nossas igrejas.

De maneira que algumas horas num templo aqui no Rio constituem verdadeiro tormento. Não há neles arquitectura, nem sugestão mística, nem imagens evocadoras. Por toda a parte do mundo é pelos templos e pelos teatros que se pode ver o grau de estesia de um povo. De certo eu não levo a minha paixão artística ao ponto de exigir que haja no Rio um Pantheon em cada esquina e um Coliseu em cada praça. Mas não há nada mais contristador do que a nossa pobreza em matéria de templos e teatros, duas cousas entre as quais há tanta correlação, porque se em uns se desenrolam as tragédias íntimas, individuais, que só são presenciadas pela alma em frente do Absoluto, é nos outros que se desdobram as tragédias que se objectivaram numa criação artística, que é o espelho comum onde cada qual vai mirar as faces várias das suas misérias frequentes ou dos seus heroísmos raros...

E todavia os nossos templos vivem diariamente cheios, tanto na capital da República como no mais remoto sertão. No dia de hoje, por toda a vastidão oceânica do Brasil, ora um povo inteiro...

Nas pampas do sul onde o gaúcho, como um centauro, voa ao galope vertiginoso do seu ginete de viagem, que de um momento para o outro a sua bravura pode transformar num cavalo de guerra; nas montanhas centrais, em cujos anfractos e socavões a desconfiada parcimónia ingénita do matuto vai armazenando, a par de ignoradas reservas económicas, riquezas de carácter que hão de surpreender pela resistência no dia em que houver perigo que ameace a nacionalidade; nos charcos amazónicos

e nos igarapés acreanos, onde se aprimoram estranhas energias de uma forte raça, que luta contra tudo, comburindo-se ao calor do Sol sem se embotar nem dar sintomas de esgotamento; por toda a parte onde houver um templo ou uma simples palhoça encimada por uma cruz, o gaúcho tirará o seu largo sombreiro heróico; o mineiro e o goiano tirarão os seus chapéus de coiro ornados de barbelas de sola de anta; o caboclo do norte equatorial tirará o seu chapelão de palha de palmeiras bárbaras; e todos, numa superfície quási igual a toda a Europa, irmãos pelo mesmo sangue que lhes anima o coração, hão-de murmurar na mesma língua, prostrados diante do mesmo Deus, a mesma oração simples aprendida no berço humilde em que as mães lhes ensinaram, na inconsciente unidade religiosa, a conservar a bela e consciente unidade da Pátria...

*
* *

O Brasil é um país radicalmente católico. Se quisermos, porém, indagar da maneira por que o *povo* compreende o catolicismo na sua doutrina e nas suas tendências, teremos de entrar em franco domínio do folclore. Assim como nós encontramos lendas diferentes para cada região climatologicamente diferenciada do Brasil, assim também teremos de encontrar em cada uma delas diferentes modos, entre o povo, de compreender a doutrina católica...

O brasileiro é monoteísta e é cristão. Não há um só (as exceções são muito raras) que não tenha Jesus como Deus. Isto é coisa assentada e indiscutível. Agora quando chegarmos à esfera em que o cristianismo se deferencia em catolicismo, começam a surgir as dificuldades. O brasileiro é católico por exclusão de outras doutrinas. É católico porque vai ao templos católicos e prefere os padres católicos aos pastores protestantes. Mas porque essa preferência? Isso não o sabe êle responder...

O catolicismo é no Brasil uma tradição aceita. O nosso povo, entretanto, ignora profundamente a sua religião. Tenho disto a certeza moral, adquirida em observações pessoais. Obedece aos preceitos católicos com o mesmo fatalismo com que obedece aos preceitos legais. Ignora, contudo, tanto o catecismo como a constituição. Vai ao padre católico e não ao pastor protestante, do mesmo modo que vai, nas suas necessidades civis, aos juízes

brasileiros em vez de ir ao cônsul português ou ao embaixador americano. Questão de hábito inveterado. .

E porque ignora o povo a sua religião? Porque ninguém lha ensina. Velha reclamação que já S. Paulo fazia...

* * *

O clero brasileiro tem uma formação falha. Não é um clero formado para as necessidades do país. Iniciado nos primores da antiguidade clássica; conhecendo elementos de história geral, de física, de química, de matemática e de filosofia tomística; sabelor de teologia e de direito canônico; passando dez anos num seminário, sem contacto com o mundo, num ambiente de puro misticismo, no dia em que o rapaz se ordena é atirado numa paróquia ou como vigário, ou como coadjutor ou como adido. Ei-lo em pleno mundo, tendo da vida um noção falsa, inteiramente falsa, pois que êle só viu o mundo através das divagações eruditas e brumosas dos teólogos. Conhece teóricamente a consciência humana, como um indivíduo que tivesse aprendido mecânica sem ter desmontado nem sequer um maquinismo de relojoaria... Acostumou-se a ver na humanidade um rebanho de pecadores que pecam, porque... o diabo os tenta e a carne é fraca! Habitou-se a ver na mulher uma fonte de malícia e um incentivo de pecado. Ensinaram-lhe que S. Luís de Gonzaga não levantava os olhos nem para sua mãe, e que a única mulher que um padre pode amar sem perigo é a Virgem Maria! Através do manto azul da Virgem acostumou-se êle a olhar para a mulher com desconfiado desejo, não enxergando nela uma nobre companheira de cujos encantos êle se afasta varonilmente, por livre querer, sabendo bem o que perde, sabendo bem o que sacrifica em prol de um alto ideal religioso. Nada disso. Na atmosfera deturpadora do seminário o rapaz aprendeu a olhar para a mulher, que êle desconhece em absoluto, como uma fonte de mal — *porta inferi, fons omni malitiae*—para a qual não deve olhar, porque a isso se opõe a santa virtude da modéstia; com a qual êle não deve falar a sós senão no confessionário, que é assim como um beco escuso onde se encontram consciências que temem a grande luz do grande sol em pleno dia... Ensinaram-lhe que quando o diabo lhe sugerisse a lembrança de uma mulher, êle corresse ao altar e se apegasse com a Virgem Maria, para livrá-lo da tentação!

Ensina-se tudo isso em pleno século xx, em plena América democrática e republicana, depois de Darwin, depois de Washington, depois de Comte! Em plena América tropical, num mundo novo, que surge triunfalmente para a vida, como num turbilhão de côres e de sons; ao esplendor de uma scenografia que, única no Universo, obriga, pela sua beleza de terra virgem, a encarar a vida com o optimismo de quem desconhece ruínas; num mundo tal ensina-se a um jovem americano a castidade pelos mesmos processos mórbidos, pelos processos de decadência que levavam Santo Antão para o deserto e faziam com que S. Jerónimo, nas suas noites de delírio místico, ferisse o peito com uma pedra para domar a carne!...

Que a Igreja exija das seus padres a virtude arcangélica da castidade, compreende-se. Mas que empregue para tal fim os mesmos processos de há dois mil anos, sem considerar na mudança que a humanidade tem sofrido de então para cá, não se pode tolerar. A castidade é, assim, uma virtude que tem por fundamento a covardia. «Foge das ocasiões! Evita a mulher! Foge de Babilónia! *Fugite Babylonis!*» Tais são os conselhos que diáriamente ouve o jovem aspirante ao sacerdócio, quando, ao contrário, para fazer dêle um ser consciente, valoroso, um homem, emfim, e não um maricas, deviam bradar-lhe: «Enfrenta a ocasião e vence-a como homem!» Para isso, o que deviam fazer era: não lhe cercear, como fazem, desde criança, as ocasiões de ver mulheres, mas habituá-lo ao trato delas com honra, a fim de que, caindo no mundo, êle visse na mulher uma sua semelhante, nobre animal como êle, e não apenas, imoralmente, uma fonte de prazeres pecaminosos...

Ora o padre, mandado para uma paróquia do sertão, ficando insulado, começa a querer pôr em prática preceitos obsoletos e — oh! inferno! — encontra embaraços de todas as formas, tamanhos e naturezas: embaraços em si mesmo, embaraços no povo, embaraços no clima, embaraços nos preconceitos da sociedade, impecilhos todos estes, que o pobre padre, na sua filosofia simplista, atribui ao diabo! Resultado: vai à igreja e reza, em vez de ir para a arena lutar. Mas os impedimentos continuam. Êle clama aos céus. Passa noites em claro. Recorre ao bispo, que lhe responde com uns vagos textos dos Santos Padres, ou da Bíblia. E não vem alívio! A sua consciência, alarmada, vê perigos por toda a parte. A sua imaginação, hiperestesiada, engendra fan-

tasmas por todos os lados. Nesse momento dramático, se aparece por junto dêle uma mulher, já o encontra extenuado pelas lutas interiores ; e então, já tendo falhado como apóstolo, julgando-se vítima de Satanaz, cansado, derrotado, vencido, esmagado, entrega-se à criatura tangível, à pobre criatura tão ignorante da vida como êle e como êle ansiosa por decifrar o enigma do seu próprio coração...

É esta a história desconhecida, obscura e patética de muitas defecções no clero. Essas situações, quando não engendram um Lutero, geram simplesmente um patife...

Ainda quando a queda não seja fragorosa como a de um roble desenraizado violentamente por um furacão, será parcial. Então teremos, em vez de um sacerdote revoltado, um sacerdote fatigado e meio scéptico, que se transforma numa inócua máquina de dizer missas e administrar sacramentos. A esta classe pertence a maioria do clero por estas plagas. Raros, raríssimos são os apóstolos. A maioria, obediente ao bispo, lendo o seu breviário, baptizando, confessando e casando, são apenas uns pobres e inofensivos burocratas da santidade, que suportam os encargos e responsabilidades da sua posição numa passividade mais ou menos mística ou mais ou menos muçulmana, conforme o temperamento de cada um.

Eis a origem da falta de instrução religiosa do nosso povo. O povo é ignorante em matéria de fé, porque o padre, não tendo sido preparado virilmente para a luta, mas, ao contrário, tendo tido uma formação própria de freiras e irmãs de caridade, fatigou-se aos primeiros embates sofridos nas pugnas incruentas do apostolado e desistiu de ensinar...

* * *

Apesar disso, urge confessar uma cousa, e vem a ser que com a miséria espiritual do catolicismo contrasta miraculosamente a prosperidade material da Igreja...

Ao tempo em que se proclamou a República (1889) havia apenas uns doze bispados no Brasil. Hoje êles são uns sessenta, pouco mais ou menos. S. Paulo só por si tem sete bispados. Minas tem oito. E cada um dêsses bispados tem seu património em espécie ou em imóveis de valor, tem seu palácio, sua catedral, seu seminário, seus colégios de meninas, etc. Alguns dos nossos bispos

são verdadeiros príncipes opulentos. O Arcebispo de S. Paulo, por exemplo, reside num palácio magnífico, e quando sai à rua é de automóvel de sua propriedade. O Sr. Cardeal-Arcebispo do Rio inaugurou há poucos meses, com a presença de toda a alta governança civil, o seu sumptuoso palácio da Glória, que está em mais de mil contos. O Sr. Bispo-Conde de Campinas tem um belo palacete, no bairro mais aristocrático da sua rica cidade episcopal. O Sr. Arcebispo da Baía e Primaz do Brasil, pela mesma forma, reside num palácio histórico. O Sr. Arcebispo-Bispo de Diamantina, se não tem um palácio quási florentino como o de Sua Eminência o Sr. Cardeal Arcoverde, tem uma residência vasta e histórica, pois reside no antigo palácio dos Contratadores dos Diamantes, que data do tempo do Sr. D. José I, a quem o diabo tenha entre os chavelhos. Quantas vezes, passeando pelos longos corredores do vetusto casarão, não pensei em Felisberto Caldeira, que Pombal mandou aferrolhar nos segredos da Junqueira? E no desembargador João Fernandes de Oliveira, amante da estranha negra Chica da Silva e nababo mais rico do que El-Rei de Portugal? E no Conde de Valadares, que ali mesmo, naquela vasta sala de jantar, cujas janelas se abrem para as montanhas, foi lindamente subornado por sobremesas diárias de folhetas de ouro virgem que o desembargador lhe oferecia numa rica salva de prata? . . .

A influência do episcopado é imensa. Nas cidades episcopais nada se faz sem audiência do bispo. Apesar de estar a Igreja separada do Estado, pode-se dizer que os dois poderes, sem as bizantinas confusões do tempo do Império, marcham no mais perfeito acôrdo dêste mundo. Vivem como Deus com os anjos . . .

Há exemplos frisantes. A Constituição Republicana consigna em um dos seus artigos a secularização dos cemitérios. Em Diamantina, a Câmara Municipal, em obediência ao dispositivo constitucional, mandou construir um cemitério num dos bairros da cidade. O bispo recusou benzê-lo. Resultado: ninguém quis mandar para lá os seus defuntos. Dir-me hão: e por que razão a Camara não obrigou os munícipes e o prelado a cumprir a lei? Como, santo Deus! Seria preciso abrir luta com o município em pêso, o que é sempre perigoso em Minas . . . Só há uns dois anos é que o govêrno municipal conseguiu entrar em acôrdo com o Sr. Arcebispo-Bispo, delimitando no campo santo zonas

para católicos e acatólicos, e dest'arte se cumpre agora a lei, que era letra morta desde 1890. . .

É sabido que os *kepis* e capacetes, usados pelos militares quando em serviço ou debaixo de forma, fazem parte integrante do uniforme. Portanto, os militares podem e devem conservá-los na cabeça onde quer que estejam. O militar só dá mostras de respeito, seja ao que fôr, por meio das continências estabelecidas nas ordenanças. Em S. Paulo, entretanto, como em todo o Brasil, o soldado de polícia, mesmo de serviço, era obrigado a descobrir-se quando estivesse dentro de uma igreja, o que podia ser muito cristão mas pouco militar. O govêrno do Estado resolveu então regularizar a matéria, de modo que os polícias militares, mesmo dentro da Igreja, não quebrassem a sua linha de soldados. Bastava, para tanto, uma simples portaria do Secretário do Interior, não acham? Pois o govêrno não tomou essa providência senão depois de combinar com o Sr. Arcebispo D. Duarte Leopoldo, para que S. Ex.^a, num aviso, explicasse aos seus diocesanos, como de facto explicou, o alcance da medida administrativa, que não visava molestar o bispado nem desrespeitar as crenças dos católicos, etc., etc.

Bem longe vai o tempo em que o govêrno de D. Pedro II metia a ferros dois ilustres bispos por terem ousado tomar medidas, de alcance meramente espiritual, sem anuência dos ministros de Sua Majestade. . .

Bastam estes exemplos para demonstrar duas cousas: primeiro — que é extraordinária a influênciã moral dos bispos mesmo entre as camadas governamentais; segundo — que o govêrno brasileiro tem a mais bela e a mais justa noção da liberdade religiosa.

Quando aqui aportaram em 1910 alguns jesuítas expulsos pelos republicanos portuguezes, o govêrno do Sr. Nilo Peçanha, que aliás é um dos homens mais amantes da liberdade que nós possuímos, tentou proibir-lhes o desembarque. Imediatamente o Apostolado Positivista, pelo seu vice-director, o ilustre e venerando Sr. Teixeira Mendes, formulou o seu protesto. A nação inteira se scandalizou com a medida, que o govêrno inexplicavelmente queria pôr em prática. E na imprensa, no parlamento, entre as classes populares e na alta sociedade levantou-se um tamanho e tão assombrosamente unânime movimento de protesto, que o presidente Nilo Peçanha teve de voltar atrás e deixar que os jesuítas desembarcassem. . .

A Companhia de Jesus mantêm no Brasil uma meia duzia de colégios onde estudam os filhos das principais famílias brasileiras. Em festas de encerramento de aulas dêsses colégios o orador official costuma chamar-se . . . Ruy Barbosa. *Excusez du peu*.

Os jesuítas são estimadíssimos nesta livre parte da América. Portugal pode ter lá dos filhos de Santo Inácio as queixas que tiver. Não nos compete entrar nessa questão de família . . . Quanto a nós, brasileiros, a nossa situação moral e social para com os jesuítas é muito outra. Haja o que houver, nunca poderemos olvidar que foram êles os que nos pegaram carinhosamente pela mão e nos levaram pela senda da civilização occidental. Êles foram os nossos paraninfos perante as nações civilizadas.

E nem só os jesuítas mantêm colégios entre nós. Pelo país inteiro estão os colégios mantidos e dirigidos pelos lazaristas, barnabitas, maristas, franciscanos, beneditinos, salesianos, premonstratenses, religiosos e freiras de todos os climas civilizados, que aqui vivem à sombra das nossas leis e garantidos pelo nosso direito. Os conventos existem numerosos pelo Brasil e os frades por aí vivem tranqüilamente e respeitados. Trapistas expulsos pela cegueira judaica do govêrno francês obtiveram em S. Paulo lotes de terrenos onde ergueram a sua *trapa* e semeiam arroz, numa quantidade tal que, em breve, serão dos primeiros produtores de cereais do país.

É certo que nem tudo são flores neste capítulo de frades. Os beneditinos, por exemplo, que possuem a maior fortuna fradesca da República e parecem avarentos como Shylocks, oferecem matéria para mais de um estudo, em que a sua reputação como homens e como religiosos não sairá intacta . . . Não é esta, entretanto, a ocasião mais azada para semelhante estudo.

* * *

Do que vem dito se infere que o catolicismo representa no Brasil, graças à tolerância democrática dos nossos homens de Estado, uma influência moral formidável. O povo é católico por índole e por tradição. As classes cultas são católicas na sua maioria; e, entre elas, os que não são católicos mantêm uma atitude de alta dignidade e de alta política perante as crenças partilhadas pela maioria do país.

A mocidade das escolas superiores, com raras excepções

educada em colégios congreganistas, é católica ou pelo menos cristã. É raro encontrar rapazes que façam praça de ateísmo. Nas escolas de direito ensina-se que o Papa é pessoa internacional e por isso o nosso govêrno mantêm em Roma um plenipotenciário junto à Santa Sé. Nas escolas de medicina os professores prudentemente se abstêm de prègar ateísmo quando ensinam sciências naturais à mocidade. O director da nossa Escola Politécnica, o engenheiro notabilíssimo que é o Sr. Paulo de Frontin, é conde do Papa. O mesmo título tem o Sr. Afonso Celso, católico militante e director de uma das Escolas de Jurisprudência. O director da outra academia, Sr. Conselheiro Cândido de Oliveira, é um sincero católico. Católico convicto é também o Dr. Costa Sena, director da Escola de Minas de Ouro Preto, sábio illustre que honraria qualquer corporação scientifica do velho mundo. É impossível citar todos os nomes illustres que são convictos católicos no Brasil . . .

É um mal ou é um bem esta influênciã da Igreja na nossa patria? Pessoalmente mais ou menos livre pensador, creio todavia que tal influênciã é um bem. Não quero repetir aqui os lugares comuns que se têm escrito acêrca da beleza exterior do catholicismo. Mas a verdade é que a sua beleza interior é tal, que não acredito possa ser declarado inimigo desta religiã quem quer que a estude na sua doutrina, na sua história e na sua arte.

Nenhum mal nos pode vir dessa influênciã da Igreja sôbre a consciênciã nacional, uma vez que se conservem separados os dois poderes—o temporal e o espirital. Nota-se que depois da separaçã a influênciã católica aumentou extraordinariamente. É que hoje a fé entre nós, como não é imposta por lei, não pode sofrer opposiçã. É o *obsequium rationabile* de que falam os teólogos.

Uma campanha anti-clerical no Brasil, parece-me, é cousa inextinguível. Iria de encontro às nossas noções práticas de liberdade de consciênciã. Vivemos num continente onde não há testas coroadas e onde as testas mitradas não se dedignam de viver na mais bela harmonia com as casacas democráticas. Emquanto isso lá ao norte, nos Estados Unidos, na maior e mais formidável expressã democrática do universo, o catholicismo tem mais de quinze milhões de adeptos e o presidente da República assenta à sua mesa o cardeal-arcebispo de Baltimore . . . Nisto, nesta notável comprehensã da liberdade de consciênciã, podemos servir de modêlo à Europa. E ninguêm pense que se a Igreja prospera

tanto no Brasil é isso devido talvez a uma protecção que o Estado lhe conceda à sucapa e em detrimento de outros credos religiosos. Nada disso. O nosso govêrno age nessa questão com uma sabedoria digna de Salomão. Se os nossos estadistas mantivessem em tudo a atitude discreta que mantêm em relação ao problema religioso, esta República desconheceria em absoluto crises económicas, financeiras e políticas. Os nossos estadistas não revelam oficialmente a mais leve preferênciã por culto algum. Católicos, protestantes, muçulmanos e judeus gozam das mesmas garantias perante a lei. Ainda o ano passado, morrendo na Santa Casa uma meretriz judia, mandaram sepultá-la como indigente, e creio que um padre católico, sem saber da religião da pobre criatura, chegou a encomendá-la! Quarenta e oito horas depois vieram os parentes da defunta a saber que ela passara desta para melhor. Horrorizados pela perda da alma da mulher (e tinham razões. . .) que fôra sepultada sem as preces do rabino, foram ao juiz por intermédio de um advogado, requereram e obtiveram a exumação do cadáver, para ser lavado, vestido de branco e recomendado a Jehovah por um ratão de um rabino que todos os anos celebra com as polacas e adelos hebreus das nossas alfurjas a muito gutural e muito hebraica festa do Yun-Kippur. . .

Bastou, pois, a alegação, por uma meretriz, de um simples motivo religioso, para que o magistrado, de acôrdo com a lei, lhe concedesse o que ela requeria por seu advogado. De sorte que, se porventura um padre católico se visse coagido pelo poder público no exercício da sua fé, bastava-lhe impetrar uma simples ordem de *habeas corpus*, para que ninguém mais ousasse molestá-lo.

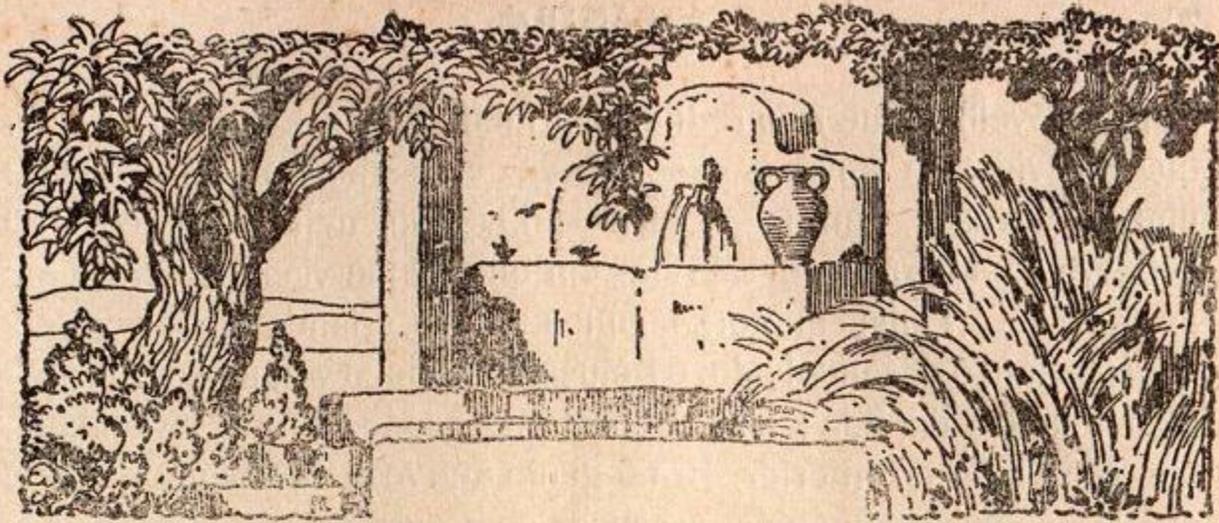
Tal, em rápido escerço, o estado do catolicismo no Brasil. A liberdade de que êle goza em nada prejudica os interêsses da nacionalidade. Pelo contrário, o acréscimo da sua influênciã representa, em síntese, uma vitória parcial do espírito aristocrático sobre a chatice inseparável dos regimes democráticos. A Igreja é aqui, mais que em qualquer outra face do universo, o sal que nos preserva da total corrução que resultaria da hipótese em que triunfassem de vez os interêsses pouco confessáveis da demagogia, charco onde podem rolar com incrível facilidade as nações demasiadamente apaixonadas pela superstição democrática.

Rio de Janeiro, Dezembro de 1915.

ANTÓNIO TÔRRES.



CONDEIXA – A vindima



Russa de má' pêlo

«Elle est fauve comme une hirondelle»

H. DE BALZAC — *Médecin de Campagne*

Domingo de entrudo : dia chuvoso, nevoento e frio. Estavam a cair da torre as badalas do meio dia e Violanta não vira a filha desde o amanhecer. Quando a rapariga lhe apareceu encharcada, os cabelos ruivos empastados na testa, os pés e pernas roixos da friagem gritou-lhe do antro da sua cosinha negra, como uma gruta :

— Donde vens môça?!...

— Do sol.

— Do sol a pingar, como uma pita?!...

— É que o sol hoje é molhado.

— Respondona é que tu és! Os porcos estão aí no cortelho, sem haver quem lhes leve uma sede de lavagem!...

Atirou-lhe com uma canhota, que, se a tivesse atingido, lhe faria grande mazela. Luisa não fugiu à ira materna, voou pelo quinteiro, transpondo o portelo com a celeridade duma cadela perseguida. Violanta veio à porta armada d'outra canhota; mas já a viu do lado de fóra do muro, falando e rindo com a sua cara d'escarneo.

— As gallinhas andam soltas. Fui eu que lhes abri a porta — avisou.

— O' excomungada, que fizestes! Anda aí a raposa!

— Não é dia do santo entrudo?! Os fidaigos da villa comem hoje gallinha ao jantar e o pobre animal ha de jejuar? Olhe, lá vae ella com um frango na bocca! Ui! Foge, se bem corre!

Não ia tal. Era só para assustar a mãe, neste dia de pirraças.

Porêm a velha, que a acreditara, principiou a gritar pelos filhos, que lhe viessem salvar a capoeira das investidas do animal dam-ninho. A Russa, com medo que a pilhassem, deitou pela costeira acima, numa carreira desabrida, em que se lhe viam as pernas até as curvas. Tinha quatorze annos: uma criança magra, o esqueleto pouco desenvolvido, os musculos pouco volumosos. A physionomia era de feia; mas o olhar engraçado, com a vivacidade, que lhe vinha do interior. Era o genio activo e turbulento daquela aldeia, sempre remexida e sagaz, como um estorninho. Fazia o bem com desinteresse e o mal despreoccupada, sem pinta de rancor na sua alma lisa. Quando ia a fugir, passando à porta da velha Pinta soltou-lhe o cevado, que ella já tinha vendido e recebido o sinal. Fizera mais que abrir-lhe a porta da pocilga; porque tangeu o animal para os lados do rio, mettendo-lhe debaixo do rabo retorcido um tojo, que o picava e fazia correr grunhindo. E gritou em forma d'aviso:

— Tia Pinta!

— Que é diabo de Russa.

— Viu o seu pórco?

— Hade estar na côrte.

— Fie-se nisso. Estou daqui a vel-o, direitinho ao rio, que vae de monte a monte. Parece rabioso, a fugir. Leva o diabo no corpo... Afoga-se com certesa.

— Que estás a dizer maldita! E eu que já recebi o sinal! Santo Antonio me valha. *Cochiu! cochiu! cochiu!* — chamava em grita.

Já a rapariga ia longe, com as suas pernas magras ao léu. O tamanqueiro Rondon, puzera os seus oculos d'astrologo, viera ao caminho, num bucanho, observar os astros, para depois sentenciar o tempo. Luisa parou junto d'elle e perguntou com naturalidade:

— O seu Chico, tio Manél?...

— Anda por aí... Queres-lhe alguma coisa?

— É que o vi lá em baixo, perto da nossa casa, vestido de careta, montado na burra. Ia para villa juntar-se aos outros.

— Que dizes maluca?!

— Tão certo como estarmos aqui os dois.

— E o animal que anda p'ra ter a cria! É capaz de lhe vir algum desmancho!

A porta da estrebaria estava aberta, a egua ausente... O tamanqueiro não podia duvidar. Num grande desassocego, mesmo

sem chapéu na cabeça, seguiu pelo caminho a berrar avulsamente, sem tino para onde se orientar :

— Chico ! O' rapaz ! Não leves o animal que lhe pode acontecer alguma. O' grande tratante ! Não vez que a burra está para qualquer hora ? ! . . .

Procurava o filho a grandes vozes e não o encontrava ! A sua afflicção era enorme, quando elle appareceu mascarado, com a egua à arreata. Tinha-a realmente levado a beber, mas cordatamente, como de costume. O pae respirou ao vê-lo e numá voz offegante queixou-se :

— Sempre me pregaste um susto ! A Russa diz que ias p'rá villa com os caretas.

A rapariga havia desaparecido. Ia longe a saltar portelos e a chapinhar água, com os pés nas poças do caminho. Andavam os bezerros do Escangalha a pastar, em socego, no campo de seu dono, que partia com a horta do Zurra, terras apenas separadas por um renque de pedras. Era insufficiente como defeza e por isso os guardava um pequenito de seis anos, que Luisa induziu fácilmente a ir a casa, que o chamava o pae, prometendo substitui-lo na pastoria.

O guardador recommendou :

— Não deixes entrar naquilo do tio Zurra, que meu pae mata-me.

— Não deixo. *Bae e bolta*, que me encontrarás aqui.

E logo que desapareceu o vigia dos toirinhos, Luisa meteu-os na horta do vizinho, indo à porta dizer-lhe :

— Não vê a pouca vergonha, tio Zé ! Os bezerros dos Escangalha nas suas couves !

— Pode lá ser rapariga ! — exclamou o valentão. Pois elle não hade ter amor ás costelas, que lhas ponho num feixe ! . . .

— Mas olhe com os seus olhos, se não está cego. Veja ! . . .

E de cima da pedra, onde estava, apontou-lhe o delicto. Os animaes retouçavam nas couves delle, tão à vontade, como se estivessem em campo próprio. O Zurra, homem assomado, perdeu a cabeça ! Entrou em casa, foi atraz da caixa do pão buscar a caçadeira poeirenta e enferrujada, e deitou pelo caminho abaixo gritando como um possesso :

— Hoje acaba-se aqui o mundo ! Bezerros e dono podem mandar fazer cama no inferno ; porque irão lá dormir todos três ! Metteu-se com bôa besta o tal mariola, que m'as vae pagar todas juntas d'uma vez !

Corria gente a inquirir do agravo ; mas elle com voz grossa de jumento (que lhe valera a alcunha) clamava aos ares a sua vingança, sem dar ouvidos a ninguem, evitando que lhe aconselhassem prudencia.

— Paga-m'as todas! . . . Que mande arranjar logar entre os diabos, que o levem. Não me digam nada! Arrebento-os, a elle e aos bezerros, como se fossem piolhos.

Brandia no ar a espingarda ferrugenta, como efficaz instrumento de castigos immensos!

O proprio Escangalha, atraído pelo alarido e informado da causa, correria para o campo, armado dum pau ferrado, num intuito de defeza ; mas quando aí chegaram os dois inimigos, por caminhos differentes, os lindos animais retouçavam de novo pacificamente no campo de seu dono. Um instincto providencial os levaria à legalidade da sua herva, que era melhor que a da horta. O pimpão do Zurra, passeando ao comprido da leiroca, de caçadeira ao hombro, blazonava de força :

— Adivinharam os toiritos! Se os encontro aqui seriam os primeiros a cair.

— Pode mijar na porcaria das suas couves que ninguem precisa delas para nada! Ora o bazófia! . . . — retorquiu-lhe o Escangalha.

Ambos diziam estas coisas separados, cada um no seu terreno, de costas um para o outro, sem aproximarem os seus rancores.

Onde estaria a essa hora Luisa, com as suas pernas magras voantes, os cabelos ruivos empastados na testa?! Desaparecera para não ser inquirida, e ia agora a debruar o eido de Alonsa, a Alonsa do Penedo, que não estava em casa, tendo sahido para a fonte. Pelo postigo aberto da porta encostada, via-se o clarão do fogo da lareira, que brilhava intenso na escuridade, como uma forja. Chamou de fóra pela dona e, visto não lhe responderem, empurrou e entrou livremente. A panella fervia num ronco de gorgolejo, que enchia a casa. Reinava silencio e paz, nem gallinha, nem porco se viam na cosinha. Estava o tempo aspero ; a Russa roixa de frio, sentou-se ao lume benificante e alegre.

Sentiu-se em aconchego brando e veio-lhe ao corpo, certa moleza carinhosa. Os seus olhos excitados do cançasso das corridas pela aldeia, caíram amortecidos e languidos sôbre o brazido hilariante. Parecia triste, parecia estafada pelas diabruras ; mas era apenas o momento de repouso da sua imaginação turbulenta. A pouco trecho, com curiosidade instinctiva, levantou o testo da panella,

cuja rouca fervura a entretivera durante dois minutos. Um fumo oloroso lhe deu ao semblante expressão agradavei; o turbilhão do caldo trazia ao decima, no meio do tumulto de feijões encarnados, o naco de toicinho dos dias de festa. Entreteve-se instantes a vêr aquella sarabanda, como de minusculo mar em revolta.

Animaram-se-lhe os olhos na contemplação do espetaculo vulgar. Ali ao lado estava o monte de carqueja e tojo de que nascera o lume, e logo Luisa tomou uma mão deste adubo, introduzindo-o na panella, cujo regongar se aquietou. Colocado de novo o testo no seu logar, disse:

— É para lhe dar melhor gosto . . .

O lume, as lavaredas, com a sua côr vermelha voante, encantavam-lhe a vista. Aquelle movimento das chamas condizia com anciedades do seu magro peito. Pareceu, por instantes, indifferente a tudo que não fosse esse bello espectaculo, duma coisa que nascia de si e em si vivia, o fogo. Alarmava-se-lhe de novo a sensibilidade com a inquietação da luz e do calor. Olhou pela fresta aberta na parede, e viu o cabaneiro bem fornido de cômlo, para as camas e para a matança do porco, se a houvesse. Sorriu; mas logo se tornou apreensiva. Aquiló era nova diabrura a nascer-lhe no cerebro em desassossego. Na physionomia, as pupillas inquietas mostravam a anciedade de quem acaricia ideia que foge: ergue-se num rompante, toma um flameo tição dentre o brazido, corre pela porta fóra, introduz-o na palha do coberto, e depois começa de gritar correndo pelo caminho:

— Fogo na tia Alonsa do Penedo! Quem acode! Fogo! Fogo! Fogo! . . .

A velha voltava da fonte. Ouviu, como toda a gente, os gritos alarmantes da Russa, que de cima dum muro alto apregoava a catastrophe. O seu cerebro deleitava-se contemplando o crescer das chammes e, de cada vez, a sua voz fina adquiria notas mais varias e persuasivas. Sentia-se loucamente encantada, com o avolumar das vagas de lume, que saíam do cabaneiro da Alonsa! . . .

Depois solícita, intrepida como uma corsa, abandonou o seu posto de vigilancia, quando viu toda a gente alvoroçada e ella, correndo sempre, foi a casa do sacristão pedir-lhe com lagrimas sentidas que tocasse a fogo, chamasse gente dos logares e aldeias visinhas, para que todos viessem acudir ao incendio, que já enchia o ar de fumarada immensa, e podia pegar tambem na casa da tia Alonsa do Penedo! Domingos, abandonou a casa e foi à torre,

começando um rebate ardoroso, que se ouvia em toda a amplidão do quieto valle, como lamento de morte e afflicção. Do ponto onde estava, elle mesmo descobria a enorme fogueira e as nuvens de fumo espesso, que se alargavam vagarosamente na atmosfera, ao sabor do vento que abrandara. Encostado ás chamas opulentas via elle, pela enfiada da sua visão, o pinhal da Tranca, que se podia incendiar e então a desgraça seria maior, pois faltaria lenha para os pobres, que ali a iam buscar. Fôra a prestesa e a diligencia da Russa (todos o proclamavam) que atraíra os socorros de tanta gente, homens e mulheres, que vinham com forquilhas, roçadouras, enxadas, cantaros de agua, cestos de terra, salvar o cabaneiro, que não ardera completamente, ficando chamuscado apenas o carro ali resguardado de chuvas e soalheiras. Se não fosse ella, a percorrer o burgo, com as suas pernas magras, a voz em grita, os cabelos soltos, a desgraça seria certamente maior. Deus a inspirara; a sua boa ação podia ter sido instigada por uma força vinda do alto. Luisa ouvia tudo num ar de modestia e indiferença; parecia não se recordar da origem do acontecimento.

Aquietara-se o vento e a perturbação nas almas! . . .

A rapariga desaparecera, alguns raios do sol rompiam as nuvens pardacentas, tornando-as azuladas. Conversava-se, neste domingo de entrudo, no adro da egreja, sobre a casualidade do incendio, que ninguem descortinava como tinha sido ateado.

Mas não era quadra, esta, para descansos. Lá do alto da freguezia sentiram grande reboliço de gritarias infantis. Suspende-ram-se commentarios, todos de ouvido à escuta averiguavam o que seria aquillo: a Russa, mais uma duzia de companheiras, correndo e berrando, traziam diante de si um rafeiro desconhecido:

— Cão damnado! Cão damnado! Fugam que êle aí vae! É rabioso, fugam! . . .

O animal corria celere e pavido! O alarme era maior que o do fogo do cabaneiro; pois sentiam perigo mais espalhado, e que a todos podia tocar! . . . Andavam por fóra crianças e porcos; mulheres e homens açodados e tranzidos de medo, procuravam os filhos e os animais.

— Cão rabioso! Cão damnado! — repetia-se por todos os recantos da aldeia.

O sino recommençara, com mais dor, o seu gemer alliciante, der-

ramando no ar semente de todos os receios. O céu, ainda plumbeo, cobria merencorio a angustia desgrenhada da povoação.

Que desordem de gritos, de chóros, de supplicas se alastrava, como transbordo do rio, por todo o valle! . . . Corria-se, em sentidos contrarios pelos caminhos lamacentos, pois ninguem sabia ao certo, onde andaria o cão precito a espalhar a peçonha da sua baba! Os mesmos homens do incendio, apareciam espavoridos e armados de roçadouras, machados, forquilhas e espingardas, mostrando-se em todas as encruzilhadas.

Procuravam o mal damnoso, nos pontos onde o presumiam, levando, ao mesmo tempo, comsigo um barbaro clamor de sedição. O mísero animal, assim acoçado nesta terra inospita, fugia num desvario queixoso, para todos os lados; mas de todos os lados lhe aparecia um inimigo, que o obrigava a retroceder. O chamamento continuado do sino atraía povo dos lugares em volta. Não sabiam bem para que se juntavam; mas vinham armados com instrumentos de sua lavoura. Muitos ainda guiados pelo fumo do fogo recente, que no ar se desdobrava em nuvem ténue de tecido leve e diafano, corriam para o lado do Penedo; outros interrogavam-se e não sabiam responder, pois que o incêndio tinha acabado. Quando lhes fallaram de cão damnado e se ouviu uma certa voz dizer «Elle aqui vai!» organizaram cêrco e, pouco depois, foi disparado um tiro, após este ainda outro, ressoando ambos nos reconcavos dos montes, como breve estampido de trovão.

«Caíu!» — ouviu-se; e todos correram para o ponto onde o caso se representara. E que viram? . . . Um homem barbado, aspecto de Hércules, repousando de encôsto à sua espingarda de dois canos, sorrindo vaidoso para o corpo dum pobre cão morto e de cujo ventre saía sangue em borbotões. O caçador experimentado sorria à sua victoria, explicando:

— Pilhei-o mesmo a saltar o muro. Atirei-lhe no ar. O segundo tiro acertou-lhe no bandulho. Estava carregado com uma dúzia de zagalotes, para essa rapôsa que anda aí às gallinhas. O bom bocado está reservado para quem o ha de comer — commentava ironico e triunfante! . . .

— Mas estaria elle damnado? — observou o Luisinho da Fazenda, comiserado.

— Damnadíssimo — afirmou o mattador. Pois não viu como elle fugia?! Era um foguete! Se o não miro bem, escapava-se. Mas ficou — blasonava.



Após todo este alvoroço, onde se encontrava Luísa? Ninguém o sabia; mas pronunciava-se o seu nome com louvor, por ter anunciado, n'um só dia duas grandes desgraças, que poderiam ser grandemente funestas para Refuinho. Procuravam-na com a vista, para lhe apreciar os seus olhos vivos, os cabelos ruivos, as pernas delgaditas à mostra, roixas de frio. Sua própria mãe não dava conta della: desde manhã que lhe fugira, não a vira mais. As raparigas suas companheiras affirmavam que ella correria pelos campos fóra, quando ouviu o estoirar dos dois tiros; mas Violanta não sabia que lhe houvesse entrado em casa. O irmão João, que chegou depois, é que affirmou tel-a encontrado na cozinha, acorçada a um canto, tremendo e chorando.

— Aquillo foi do 'spanto de presenciar tanta desgraça junta! — disse Lindoria, com o seu modo sentencioso.

— Olhe mãe, acrescentou o rapaz — eu metti-a na cama e cobri-a com três mantas, que estava roixa, como a tunica do Senhor dos Passos da Villa.

— Vem-lhe, por aí, o mal do costume! É a minha consumição, esta rapariga.

Correu pressurosa a casa, acompanhada de muitas visinhas, que murmuravam as suas lamentações, por mais esta desventura. Todas as maldades da Russa, de que havia vária queixa, foram de repente esquecidas, para só se condoerem da sua doença, que ás vezes lhe dava com estrebuchos e gritos que causavam afflicção. Entraram na cozinha de Violanta e quando viram a pequena debaixo da roupa, rangendo os dentes como se fossem maleitas, os olhos fitos nas telhas, os braços esqueléticos fóra da roupa, a chama dos cabelos incendiando o travesseiro de palha, todas enclavinharam os dedos, resando a Nossa Senhora, que a livrasse depressa do ataque.

A rapariga mostrava-se estranha ao que se passava em torno; chamavam-na e não respondia, olhavam para ella e ella não as via... Mas a tremura do seu corpo foi serenando, as palpebras mostravam tendencia para cobrir os bugalhos dos olhos, algumas mulheres sensatamente alvitram deixal-a socegada, visto a mãe affirmar que, após estes accidentes, Luísa dormia tranquillã, horas seguidas, tão quieta que até parecia morta. Fecharam-lhe o postigo do quarto, para a escuridade favorecer o repouso; foram

saindo uma a uma, como gallinhas quando saem na capoeira, e Lindoria, pessoa entendida, aconselhava, no meio da cozinha, a Violanta:

— Do que ella te precisa é de exorcismos e mais exorcismos. Entrega-a ao padre Feitosa, que t'a põe boa como uma camoeza.

A velha lamentava-se despedindo as visinhas à porta de sua casa:

— Eu bem sei que ella é maluca, bem sei; mas olhande que vale mais que muitas maiores. Af onde a vêdes, com um corpo de franga, tem o prestimo duma mulher.

Assim era. Aquelle feixe de ossos, que se sentiam bater uns contra os outros, quando se mexiam; aquelles olhos inquietos, sempre inquirindo, sempre num sonho turbulento; aquella cabeça ruiua, uma labareda em vaso de resina sagrada, ardendo em oblata a deus desconhecido . . . representavam alguma coisa que se não sabia definir. Era má e era prestimosa, chamavam-lhe a maluca e ao mesmo tempo acarinhavam-na pelo seu instincto providente. Quando a mãe ficava na cama ou ao canto da lareira com a dôr, que a paralizava para o trabalho, a pequena tudo fazia: varria a cozinha, não faltava o comer que levava aos campos em que o pae e os irmãos trabalhavam, cuidava do vivo com sizo de pessoa grande, ia lavar ao rio a roupa necessaria: era um virote no andar pela casa, pelo eido, pela fonte, por toda a parte onde a substituição da mãe fôsse indispensavel. Aquelles quatorze anos escanzelados valiam outros vinte bem fornidos de carne. Haveria raparigas casadoiras, que não aguentariam o peso da vida, que Luísa supportava, levando à cabeça o cantaro cheio ou o cesto da roupa, lançando a mão à sogá dos bois inquietos com a mosca, presigando a panella com o toicinho que tirava da salgadeira. E ainda ordenhava as vaccas sendo preciso, attendia aos bacorinhos que a porca trilhava ao remexer-se na cama, acautelava os pintos do gavião, que se demorava a espreita-los da nogueira visinha. Nos seus dias de juiso não havia mulher prudente que a excedesse em cautelas bem medidas. A mãe sempre a tomar cosimentos e a defumar-se comervas santas, confessava-o às suas amigas:

— Essas estavanices que ella tem, não são todos os dias. Eu conheço quando lhe vem a lua e deixo-a. Estafa-se a correr por aí e vai p'ra cama como hoje.

Mas Lindoria perorava:

— O que eu não sei é, como tu não tens consultado um bom padre. Se os missionários estivessem perto aconselhava-te que a levasses lá. Como não estão entende-te com o Feitosa, que para pôr fóra o mafarrico, não ha melhor nestas redondezas. Estamos à porta do tempo santo em que o *inimigo* costuma andar de orelha murcha; porque lhe não correm bem os *negocios*. O velhaco não gosta de confessos, nem de sermões, nem que lhe fallem na vida de Nosso Senhor, que é o que mais se faz na quaresma, por essas egrejas de Deus. D'aqui até à Ressurreição, ha de fazer cruces na bocca; porque poucas almas paparará o guloso. O padre Feitosa que te exorcisme a rapariga, e depois m'o dirás. Has de me ir agradecer o conselho a casa.

Fallou em tom sentencioso, como era seu costume, em assuntos religiosos. Escutavam-na com respeito nas coisas respeitantes ao céu e ao inferno, em que tinha auctoridade, pela sua conhecida frequencia de missionários. A beata, antes de se retirar, quiz ainda lançar olhos sobre Luísa, para vêr se ella dormia, e voltando opinou:

— Remexeu-se na cama, quando appareci. Era o tal *amigo*, a dar mostras de quanto gosta de mim, que o fustigo todos os dias com orações.

A mulher do sacristão receou:

— Talvez *elle* queira sair, e permita Deus que se não metta em alguma de nós! . . .

— Isso sim! — exclamou Lindoria desdenhosa. É o sae! Quem se sente bem deixa-se estar. P'ra entrar no corpo de qualquer de vocês ha cardumes de demonios no inferno! . . .

— Abrenuncio! — exclamou a Pinta. P'ra longe vá o teu agouro, mulher! . . .

A rapariga deu um suspiro alto, que chamou de novo as vizinhas, que lhe cercaram o leito. Estava de olhos abertos; mas indifferente, com aspecto de fadiga. A intelligencia voltava-lhe preguiçosa, como um chegar de briza mansa. Fallaram-lhe e não respondeu, por não comprehender o que lhe diziam.

Até parecia desconhecer as pessoas que ali estavam, pois franzia com esforço as palpebras, quando as encarava. Era um estado de ausencia; as palavras chegar-lhe-iam tardias, como se saíssem do imo da Terra. Acudiram-lhe soluços à garganta, vindos do coração: mas o choro era tímido e gemia-o envolvendo a cabeça nas mantas, para lh'o não sentirem. As narrativas com

que desejavam recordar-lhe o que se passara, deixaram-na indiferente: é que estava atordoada, como se houvesse caído duma árvore. Depois que Luísa escondera a cabeça sob a roupa da cama, Lindoria aconselhou:

— Deixemol-a com o seu mal. Leva-a ao padre Feitosa, Violanta, e depois mo dirás.

Saíram juntas commentando os acontecimentos perturbantes desse dia, os quais só o demonio podia ter fomentado. A beata, ao despedir-se, ainda afirmou:

— É como vol-o disse: a santa quaresma põem-no em sanha. Mas ha de engulil-a toda, do princípio ao fim, com sermões confessos e communhões! Oh! se ha-de! . . .

II

Um dos primeiros creadores de gado d'aquelles sitios era o Miguel Sarabanda, que n'esse anno tinha uma junta, que elle e toda a freguesia, sem discrepancia, reputavam a melhor do districto, e recolheria (estavam certos) o premio da Senhora d'Agonia, na feira d'Agosto. Pois com o maldito tempo de chuva d'esse entrudo, tendo os bois sahido na segunda feira a espairecer no campo, entraram de tarde silenciosos na corte, e á noite estavam um tanto amadornados e pareciam doentes. Causou grande inquietação no logar, o boato que logo se espalhou na terça feira de manhã cedo! Todos, sem distincção, tinham gabança n'aquelle gado, que por assim dizer, consideravam bens communs, pela nomeada que lhes trazia á terra. Ia gente á casa do Miguel, como se elle ou a mulher estivessem na cama de perigo. Conversava-se do acontecimento, pelos caminhos, com interesse e mágua. Foram a toda a pressa chamar o ferrador da villa (era o veterinario mais cotado nas proximidades) e quando elle entrou na côrte, que era ampla, encontrou-a cheia de visinhos, que directamente queriam ouvir a opinião do práctico. Os animais repousavam os seus grandes corpos, sobre uma fofa cama de colmo. O Francisquinho da Rodeira, com as suas suíças bem talhadas e presumpçosas, olhou-os primeiro demoradamente n'um inquerito sagaz. Vendo aproximar-se aquelle homem sizudo, que os apalpava nas virilhas, debaixo da cauda, no peito, e lhes mettia a mão na bocca, puchando-lhes a lingua, os bois attentaram n'elle com serenidade!

As suas formosas cabeças moviam-se de vagar e a lyra dos

seus galhos recortava-se nas paredes escuras, como ramos de arvore podada, no ceu azul. As pupillas doloridas denunciavam soffrimento indefinido, e o alveitar, depois de grande meditação e exame, capitulou a molestia de *aguamento*, e fez recommendações com pormenores, para encarecer a propria sagueza. Aconselhou uma garrafada, que viria da botica e lhe deitariam pela guela abaixo; montou na sua egua fugideira e foi-se embora. As mulheres que por ali estavam prometteram ajudar com resas a cura dos animaes; começaram mesmo logo a murmurar os seus padre-nossos condoidos, sem deixarem as conversas triviaes.

A Russa a tudo assistiu com os seus olhos buliçosos, ao mesmo tempo que tudo comprehendia com semblante sizudo. Sahiu correndo, e pelo caminho aliciou, com palavras sentidas, rapazes e raparigas da sua egualha, para irem á igreja resar a Nossa Senhora e a Santo Antonio, para que curasse os bois do tio Sarabanda. Alguns iam mascarados, e ouvindo-a deixaram o espirito folião para a acompanharem. Ella perorava-lhes:

— Se os visses, moços e moças, como estavam lindos e doentes, a olharem para todos como se fossem christãos! Se elles morrem, o tio Miguel mail-a mulher arreentam a chorar. É uma maldição para todos de Refuinho, acreditae.

Os sequazes não comprehendiam muito bem como a morte dos bois do Sarabanda traria grande infelicidade sobre a aldeia; porém a Luisa dizia-o com modo tão convincente, que devia ser verdade! Entraram na igreja de tropel, á hora que o sachristam ia fechar. A principio o Domingos julgou qualquer falta de respeito da garotada pelas coisas sagradas, e preparava-se com uma vara da confraria, para os expulsar. Porém Luisa sahiu-lhe á frente, fallando em tom piedoso:

— Deixe tio Domingos que vimos resar pelos bois que estão doentes, coitadinhos. Se os visse (é mesmo uma dôr d'alma!) com uns olhos tamanhos a olharem para a gente!... Só lhes falta fallar, para serem como nós!...

O homem, a principio d'animo aggressivo, ficou perplexo e concordou bemdizendo a pureza de intenções dos pequenos mascarados.

— Isso é outra coisa — disse. Andande que o Senhor vos louvará! Mas esses que trazem caretas, que as tirem, pois a igreja não é logar de entrudadas.

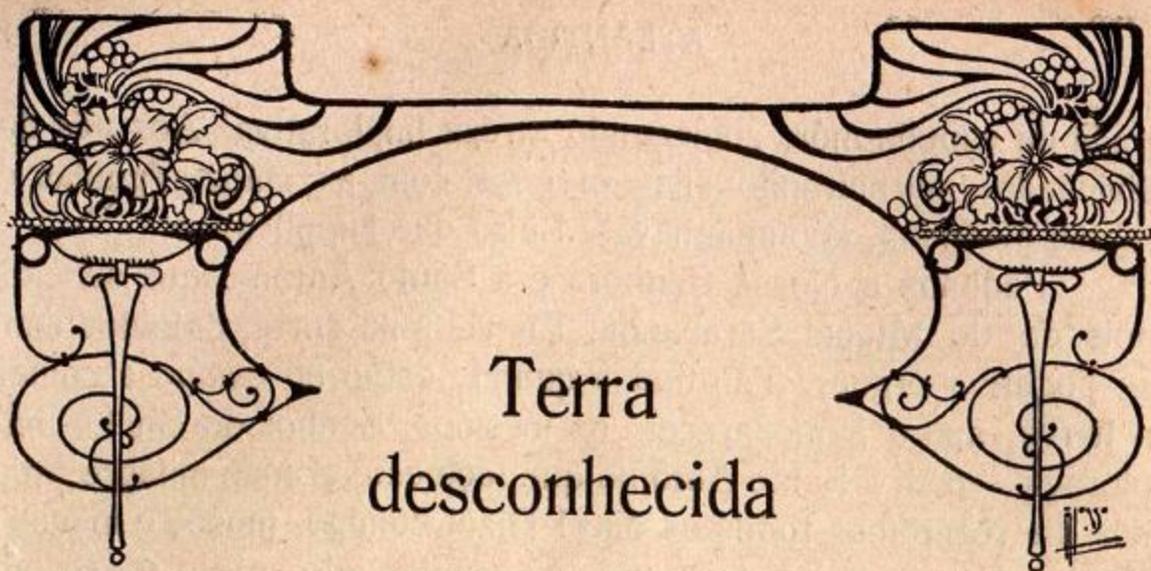
Assim fizeram e reunidos em volta da Russa ajoelharam á en-

trada da capella-mór, começando a resa implorativa. Aos pés da divindade, murmurando suas orações com as mãos erguidas e rostos piedosos, acompanhavam Luisa que supplicava :

— Pedimos a Nossa Senhora e a Santo Antonio que sare os bois do tio Miguel Sarabanda. Eu vi-os na corte, deitados sem se poderem erguer. Tão lindos quando estão no campo a comer a herva, agora nem parecem os mesmos. Senhor do céu! — implorava — pedi a Santo Antonio que faça este grande milagre, que nós lhe resaremos todos os dias! Dizei comigo, moços e moças : «Padre Nosso que estaes no céu, santificado seja o vosso nome . . . , etc.»

(Continua).

TEIXEIRA DE QUEIROZ.



Terra desconhecida

(Do poema *Oceânides*)

*Em tudo eu sinto a tua amada essência...
É a sombra em que se perde o meu olhar:
Chama onde giram, numa astral demência,
Desejos que se vão multiplicar.*

*Só traduz o luar tua brancura,
Macia e fresca como a brisa à noite.
É de ti o perfume que procura
A alma eterna em que, efémero, pernoite.*

*O silêncio que envolve as minhas horas
É sonoro, se evoca a tua imagem:
Tudo amanhece em virginais auroras,
Nas verdes madrugadas da paisagem!*

*Vales, montanhas, fontes murmurosas,
Havia em mim. Uma outra natureza!
Mas tudo morto, em névoas lastimosas,
Longe da luz surgente da Beleza.*

*Animadora essência, apareceste
No mar do coração em noite fria...
Quanta treva confusa não venceste,
Para chegar a ser tão claro dia!*

*Alma que descobriste a nova terra,
Aquece-a como o sol que do alto cai!
Dá sede à água, e na água a sede encerra,
Sem matar o Desejo que as atrai.*

*Sobe do vale ao cimo das montanhas;
Voa nas asas; canta nos gorgeios;
Nas fontes chora; vaga nas entranhas
Noites de lua; sonha nos enleios...*

*Sê a saúde viva dos adeuses;
O mistério infinito dos olhares;
Toda a esperança secular dos Deuses
Na conquista dos Céus, Terras e Mares...*

*E vive repartida em cada sombra
Onde a Forma se acusa, mas se vela:
Mostra do ser a imagem que se ensombra
Na aparência, que a vida nos revela.*

*Em tôrno a mim, eu sinto como as rondas
Dos pensares, que vêm da claridade :
O mar iluminado anseia em ondas,
E é na treva um abismo de saùdade.*

*A terra virgem freme, jubilosa !
Nesse mundo inicial que se procura,
Sê para o insecto uma punícea rosa !
Sê perfume ! Sê luz, que transfigura !*

FLEXA RIBEIRO.

O “Perigo americano”

Entre os vários problemas que a presente guerra tem trazido à discussão, um dêles há que merece também ser apreciado, tanto mais que, até em Portugal, aonde os assuntos dêste género são raramente ventilados, já êle começa a prender a atenção dos poucos estudiosos em matéria de política económica internacional. Queremos referir-nos à hipótese, aventada por certos publicistas e por estes propalada e dogmáticamente defendida, de que, por efeito do actual conflito armado, o eixo financeiro e económico da Europa se deslocará dentro em pouco de Londres para New-York, e que basta êsse desvio para que a hegemonia mundial da Inglaterra seja enormemente afectada, — o que não demorará mais de dois anos, visto como, já agora, «o sol do mundo não é a libra, mas o dólar».

Esta opinião, inicialmente emitida pelo Sr. Sanchez de Toca, ex-presidente do Senado espanhol, segundo uma entrevista inserta no jornal a *Capital*, de Lisboa, de 30 de Dezembro de 1915, não tardou a ser partilhada por outras entidades e publicações, quasi todas de origem espanhola. Nos Estados Unidos também ela tomou vulto. Na revista *Harpers Montly Magasine* um escritor afirma que «o empréstimo franco-italiano e outros que se lhe seguirão fazem pender para a América o centro financeiro do mundo.» Na publicação *América y Industrias Americanas*, editada em San Francisco da Califórnia, mas escrita em espanhol, lê-se textualmente o seguinte, no seu número de Setembro dêste ano: «La Gran República Norteamericana, pletórica de riquezas, potencial de todas las manifestaciones de la actividad humana, in-

vencible y colosal en todos los medios concurrentes al progreso, se encuentra preparada para recibir los ataques del Viejo Mundo. Puede combatirlo con armas similares. Se fuéramos a anticipar los resultados de la titánica lucha comercial que nos reserva un futuro próximo, en vista de las presentes circunstancias no debemos titubear en dar a los Estados Unidos la palma de la victoria.» E mais adiante: «hablaremos entonces en dólares y centavos en lugar de libras esterlinas, con sus chelines y peniques e intrincadas conversiones».

Quando afirmações dêste género vêm a público, algumas delas feitas por homens de Estado e insertas em jornais de consolidado prestígio, lógica se torna a formação duma atmosfera que, por vezes, prevalece, sobretudo nos espíritos ignaros, formando maioria em toda a parte e de frases feitas se tornando trombeta clamorosa. De resto, é já ponto averiguado que as opiniões emitidas sôbre os problemas de política económica são, em geral, confusas ou erradas, o que, na opinião dum notável professor, deve ser atribuído ao seu carácter unilateral ou superficial e, ainda, à falta de base ou de direcção científica na literatura empregada.

Aos estudiosos, porém, compete ajuizar do fundamento de semelhantes ditos, e, contra uma fraseologia de ouropéis e de urdidura fácil, apresentar concretos argumentos, — não vá toda a gente supor que, em assuntos dêste género, basta emitir uma simples opinião para que em verdade axiomática ela se torne, sem demora e para sempre.

Entra-se, assim e novamente, no chamado «perigo americano», mas mais correcto e aumentado, e a sua ameaça não veio agora das terras de Lincoln. É do país de Cervantes que, pela bôca de um ex-presidente do Senado, se vaticina o declinar da libra, com o mesmo entusiasmo com que se gritaria a posse de Gibraltar. Já, também, se não trata do receio dos resultados da política imperialista inglesa, nem do suposto acordar económico da Mesopotâmia, do Japão e da Ásia Menor, nem, ainda, da fantástica afirmação de Lodze, quando secretário de Estado, clamando que «a guerra comercial com a Europa só poderia terminar pela supremacia dos Estados Unidos sôbre o mundo inteiro». Não é Molinari, em França, nem Alexandre von Peez, na Alemanha, que chamam a atenção dos seus respectivos países para

o «perigo americano», êsse famoso perigo que o superior homem de Estado que foi Barão de Rio Branco, com a linguagem simultaneamente sóbria e romântica que caracterizava os seus discursos, hábilmente reduziu à sua simples fórmula quando, no congresso pan-americano de 1906, declarou que «as jovens nações americanas não esquecerão jamais o quanto devem àquelas de que descendem», e que, «sendo à Europa que elas devem a sua origem e o seu desenvolvimento, é a esta que incessantemente pedirão apoio moral e material».

Não. Não é da América, nem da França, nem da Alemanha, nem da Itália, que nos vem actualmente a ameaça do «perigo americano». As cousas, agora, são postas num terreno bem diferente daquele em que o continentalismo americano as colocou há alguns anos. Agora, das margens neutras do neutro Manzanares, vai-se mais longe e com ímpeto maior: afirma se precisamente que Lombard Street vai ceder o lugar a Wall Street, o que quer dizer — adeus Inglaterra!

É incontestável, e ninguém pretende negar, que o desenvolvimento económico dos Estados Unidos, que há anos se vinha acentuando, tomou, por efeito da guerra actual, um rápido e violento acréscimo, devido, na sua maior parte, às faculdades agrícolas, fabris e outras de que dispunha e agora pôs em completo movimento, para acudir às enormes necessidades da importação europeia, toda ela paga em ouro ou seus equivalentes. Se a êsses valores exportados se juntarem os de ordem puramente financeira, acumulados por efeito da falta de colocação nas praças europeias que, com frequência, os chamavam a colaborar nos empréstimos de toda a espécie e para todo o mundo, e que em Londres e Paris se lançavam sem cessar, ver-se há que a balança dos Estados-Unidos deve efectivamente ter, e muito, pendido a seu favor, bem que, só pelo pôrto de New-York, entrassem em 1915 mais 223 milhões de dólares de importação do que em 1914.

É igualmente verdade que nem todos os pagamentos à América foram feitos em ouro ou equivalências originárias dos países europeus importadores. Com o fim de facilitar as liquidações que os comerciantes e industriais franceses deviam fazer nos Estados Unidos, formou-se em Paris um sindicato de bancos desta praça que lhes abriu um crédito, por conta e sob *contrôle* do Banco de França, crédito êsse representado por letras sacadas pelos mes-

mos bancos franceses sôbre bancos americanos, aceitas e descontadas por estes últimos e redescontáveis nos Federal Reserve Banks. Por outro lado, o tesouro francês, depois de ter adquirido obrigações americanas, colocadas em França, vendeu-as aos Estados-Unidos, obtendo, assim, uma quantiosa soma que foi amortizar, em grande parte, o *deficit* da balança comercial francesa. Foram, primeiramente, os títulos de 3 ³/₄ Pennsylvania e de 4 ⁰/₀ Chicago Milwaukee, num total de cêrca de 650:000 e mais muitos milhares de obrigações New-York, New-Haven, Central-Pacific, etc., em poder de particulares ou de entidades financeiras de França. O mesmo sucedeu em Inglaterra, crescendo ainda que êste último país colocou em New-York importantes empréstimos, também destinados, na sua grande maioria, a liquidar as transacções efectuadas na América.

Ao fazer-se o balanço de contas entre os Estados Unidos e os grandes países financeiros europeus — que resultará?

Diz um notável mestre do livre-câmbio, e com justificada razão, que há ainda na Europa bastantes homens públicos que se deixam levar pela corrente das ideias de mercantilismo proteccionista, acreditando que, em matéria de comércio exterior, deve sempre haver uma parte lesada, e que o desenvolvimento de qualquer país estrangeiro, assim como todo o aumento da sua capacidade económica, devem inevitavelmente causar prejuízo à economia nacional. Outros há, também, que não conseguem convencer-se de que toda a humanidade tem interêsse em que a civilização e o desenvolvimento intelectual e económico se espalhem o mais possível, porque a troca dos produtos do trabalho será tanto mais intensa e tanto mais útil quanto mais elevado fôr o grau de prosperidade dos diversos países.

Ê esta, sem dúvida alguma, a boa doutrina, e por caminho errado vão aqueles que, sómente porque, durante certo período, uma nação consegue manter um estado económico mais favorável, supõem que êste se manterá para todo o sempre, à custa e em prejuízo permanente de outras nações que temporariamente atravêsem uma crise. Não é por efeito de crises temporárias que as nações morrem e, à custa destas, outras prevalecem. Aos Estados Unidos não é precisa a guerra europeia para que êles sejam o grande povo que são: se outros elementos de ordem demográfica, agrícola e mineral não existissem no seu seio, assaz importantes para lhes garantir uma desafogada vida económica,

bastaria o Canal do Panamá, só de per si, para lhes assegurar um largo e valioso futuro.

De facto, basta olhar um mapa geográfico para se ver que as costas da América do Norte, banhadas pelo Atlântico, onde a indústria se tem desenvolvido muito mais do que nas restantes regiões dos Estados Unidos, ficam agora ligadas aos estados da América do Sul situados sôbre o Pacifico, e que o pôrto de New-York não ficará mais afastado da Ásia Oriental e da Austrália do que os principais portos europeus. Assim é que, a distância entre :

Hamburgo e Hong-Kong	é de 10:542 milhas		
» »	Iokohama » »	12:531	»
» »	Melbourn » »	12:637	»
Liverpool »	Hong-Kong » »	9:856	»
» »	Iokohama » »	11:170	»
» »	Melbourne » »	11:175	»
New-York »	Hong Kong » »	18:480	» pelo Cabo Horn
» »	» » » »	9:835	» » Canal do Panamá
» »	Iokoama » »	17:679	» » Cabo Horn
» »	» » » »	10:247	» » Canal do Panamá
» »	Melbourne » »	13:502	» » Cabo Horn
» »	» » » »	10:247	» » Canal do Panamá

Pois apesar desta extraordinária situação criada pelo Canal do Panamá aos Estados Unidos, e que comporta um golpe rude às exportações europeias para o Pacifico, ninguém ainda gritara que o sol do mundo viria a ser o dólar. Preguntou-se, efectivamente, como deveria exteriorizar-se a atitude da Europa em face das sempre crescentes manifestações da política continental americana e, até, se alvitramam enérgicas medidas defensivas, que espíritos mais ponderados e mais calmos combateram, alegando, com fundados argumentos, que os estados da América Central e da América meridional estão ainda no comêço do seu desenvolvimento (quási todo feito com dinheiros levantados nos mercados de Paris e Londres), e que, por maior que seja a invasão dos produtos norte-americanos, neles haverá sempre lugar para os produtos europeus, o que é verdade, bem que a Europa venha a entrar num caminho de concorrência a que ela não estava habitua-

da, mas de que deve tirar apreciáveis resultados, visto como, para êsse fim, ela se verá obrigada a aperfeiçoar a sua produção, os seus meios de transporte e todos os outros factores de ordem económica que a sua hegemonia capitalista-industrial impunha e está impondo com intensidade aos povos de civilização recente ou antiquada.

Admitir, por êsse motivo, ou ainda por efeito dos grandes benefícios que o actual conflito armado lhe está trazendo, que a política continental dos Estados Unidos, há anos iniciada, vá agora entrar num caminho de desregrada onnipotência sôbre os grandes países financeiros europeus, é querer fazer ressurgir o espectro do «perigo americano», cujas origens datam de mais de trinta anos, e é, também, desconhecer como, hoje em dia, as operações financeiras se efectuam entre os povos, e são essencialmente fluctuantes os movimentos migratórios de capitais.

Há mesmo quem afirme que as colocações de capital no estrangeiro, longe de desenvolver as exportações dos países prestamistas, tendem, pelo contrário, a fazer aumentar as dos países devedores para os países crêdores; e, assim, as emigrações de capitais, em vez de estimularem o desenvolvimento económico de quem empresta, dariam em resultado uma paralização ou uma diminuição de faculdades de actividade, diminuição essa que seria compensada, em parte, pelos rendimentos dos capitais emprestados.

Convirá também acrescentar que, apesar da fortuna norte-americana atingir, segundo se afirma, a fabulosa soma de seis centos mil milhões de francos, todos os anos acrescida de mais vinte mil milhões, e de nela terem ingresso perto de sete mil millionarios de dólares, cada um dos habitantes dêsse país procura viver o melhor possível e, sem o espírito de economizar, como acontece em França e mesmo em Inglaterra, despende no luxo e no conforto pessoais aquilo que, nos países essencialmente financeiros, é causa garantida do dia de amanhã, manifestada em juros e dividendos.

Também nos não deixaremos comover pelos 25:000 bancos que povoam os enormes territórios da grande pátria de Monroe, se compararmos êsse número, realmente elevado, com o de 4:000 existentes em França. Na América do Norte, a instituição bancária faz parte do organismo inicial de toda e qualquer povoação: ao lado da primeira igreja, do primeiro jornal, da primeira esta-

ção ferro-viária, logo um banco, e dois, e mesmo três se instalam, trabalhando com diminutos capitais, em geral de 25:000 dólares, por efeito das faculdades concedidas pelas leis americanas às sociedades anónimas bancárias.

E, depois, não é de um dia para o outro que qualquer mercado financeiro, por maior que êle seja, modifica as suas condições de vida, inveteradas em hábitos assentes e em necessidades próprias. Emquanto nos países europeus os valores estrangeiros ocupam o mais importante lugar e são motivo de permanentes e assombrosas transacções, o mercado de New-York, ou o célebre Wall Street, quasi trabalha unicamente em rendas, acções e obrigações indígenas. Poucos são os valores estrangeiros que têm conseguido entrar nas carteiras americanas: alguns fundos ou «bons» dos Tesouros da Inglaterra, da Alemanha e do Japão, em modestas quantidades, regressam dentro em pouco às suas nações de origem — e o mercado americano, êsse grande mercado que parece vir agora alarimar alguns economistas de superficial golpe de vista, continua alimentando-se quasi exclusivamente das suas rendas federais, dos valores das Trust Companies e das acções e obrigações de origem industrial, no número das quais se encontram sobretudo as dos caminhos de ferro que transitam sobre mais de 400:000 quilómetros de rails, entre o Oceano e o Pacífico e desde o Canadá à fronteira do México.

Realmente, emquanto a França, por motivos de ordem política, restaurava as finanças russas: emquanto a Inglaterra, selando a sua aliança com o Japão, abria em Londres um mercado permanente às rendas nipónicas cuja colocação se tornou fácil por efeito das estrondosas vitórias de Porto Arthur, de Mukden e de Tsouhima, e emquanto a Alemanha se embarcava pela Pérsia, pelas Áfricas e pelas grandes empresas financeiras patrocinadas pela Dresdner Bank — os Estados Unidos pouco saíram da sua esfera de acção, não constando que, além das pequenas operações a curto prazo sobre os Treassury-bills e dos poucos empréstimos ao Canadá e ao México, tivessem desempenhado papel que seja de grande vulto nas famosas operações a que a Europa capitalista se entregou, principalmente nos vinte anos que precederam a actual conflagração armada. Na própria Espanha, aonde os capitais estrangeiros colocados atingem hoje em dia a enormíssima quantia de quasi dois biliões de pesetas, segundo os cálculos do Sr. Menandez Ormaza, não figuram os Estados

Unidos como prestamistas ; as principais nações crèdoras são: a Bélgica por 960 milhões, a Inglaterra por 507, a França por 340, a Alemanha por 24 e a Suíça por 3.

Tinha mais razão de ser o «perigo americano» quando os produtos agrícolas da União, abundantes e baratíssimos, alarmaram o rotineiro agricultor europeu, levando os estados da Europa continental à febre dum proteccionismo quási absurdo, como absurdos são, em geral, os proteccionismos, sobretudo em matéria de produção agrícola. Vieram à Europa êsses produtos, e os de ordem industrial também. Veio, ainda por cima, o Mac-Kinley-Bill, elevando consideravelmente os direitos de importação às mercadorias europeias. E o «perigo americano», o famoso «perigo americano», aonde estava, como se manifestava êle? Os proteccionistas gritavam, quando, nos princípios dêste século, se renovaram os tratados de comércio com alguns países europeus. Na Alemanha e na Áustria, o barulho atingiu ainda maiores proporções, chegando a estar elaborado um projecto de união aduaneira, entre ambos, contra os Estados Unidos. Na Alemanha, o chanceler Caprivi disse que «se os estados europeus queriam conservar a sua posição no mundo, necessário era que estreitassem, cada vez mais, os seus laços recíprocos». Na Áustria-Hungria, o Conde Goluchowski, ministro dos Estrangeiros, falou da mesma forma. Em França, êsse fogoso iluminado que foi Jaurés, gritou por «uma aliança europeia para a paz e para o trabalho». Na Itália, Luzzatti propôs uma conferência aduaneira dos países da Europa para tratar da criação duma liga defensiva contra os Estados-Unidos da América. Mas, em Espanha, nada, que nos conste, surgiu, então, a combater o temido «perigo americano», que, de resto, já fôra efectivado pela posse de Cuba, Porto Rico e Filipinas.

E, a não ser a frase, — que restava dessa famosa lenda? Nada. A verdade, a iniludível verdade económica, tudo desfez. Viu-se que se os países europeus são obrigados a importar dos Estados-Unidos quantidades enormes de produtos naturais ou industriais, por outro lado êles lhes fornecem manufacturas e variados artigos de toda a ordem, em número e valores cada vez mais importantes. A pouco e pouco se tinha, por consequência, desvanecido êsse temor, agora renovado pelo Sr. Sanchez de Toca, de que a velha Europa teria de inclinar-se perante o poderio dos Estados Unidos, temor que pode ser assemelhado ao

do ceifador manual dos nossos campos perante a ceifeira mecânica importada.

É positivo que, quanto maior fôr a superioridade dum povo, tanto sob o ponto de vista demográfico como sob o da sua geografia física e o da sua produção, maior será a sua importância em matéria de capitais. Foi assim que a França e a Inglaterra conseguiram a supremacia financeira mundial. Já num estudo nosso, e servindo-nos dos mais recentes elementos, aqui dissemos qual é o montante aproximado da riqueza mobiliária desses dois países, colocada no estrangeiro, e da qual êles recebem, todos os anos, os juros respectivos, vantagens estas que os Estados Unidos estão ainda longe de possuir em tão avultada escala.

Não veio a guerra actual modificar, por forma sensível, a situação desses enormes capitais, empregados em inúmeras empresas de toda a ordem e na dívida pública de quasi todos se não de todos os países do mundo. Êles continuarão, originários da Inglaterra e da França, a dar, aos seus países de origem o juro a que têm direito, acrescido das inerentes vantagens. Por toda a parte, desde as velhas civilizações até as modernas, os povos continuarão, como até aqui, a mandar, nas épocas fixadas, para os mercados de Londres e Paris, o fruto dos capitais que lhes foram confiados. Nas Áfricas, nas Américas, mesmo nos Estados-Unidos, para cujo desenvolvimento a Inglaterra contribuiu com mais de vinte biliões de francos, ainda noutros recentes focos de expansão económica, os novos caminhos de ferro, os novos portos, grandiosos, os novos empreendimentos industriais, agrícolas e comerciais, todos êles realizados com os francos e as libras, continuarão, como precedentemente e mesmo muito mais, à medida que se forem desenvolvendo, a produzir os resultados que, traduzidos também em libras e em francos, hão-de regressar ao seu país de origem. E, ao mesmo tempo, sulcando todos os mares, as frotas mercantes inglesas, transportarão os produtos do mundo inteiro e, por estes e pelos seus fretes, farão entrar nos cofres da grande *city* essas libras que o Sr. Sanchez de Toca já vê substituídas pelo dólar, simplistamente argumentando que êste facto se dará «porque a libra-ouro já não é hoje paga com prémio em todo o mundo».

A seguirmos esta lógica, curtíssima de vistas, porque não

admitir igualmente que o *duro*, que também tem ou teve prêmio, não substituirá, por sua vez, a libra? Foi modesto o ex-presidente do Senado Espanhol, ao falar unicamente dos Estados Unidos. Poderia ter pôsto o seu país a par da grande república norte-americana, porque, excepção feita de empréstimos aos aliados, também a Espanha tem recebido dos países em guerra os benefícios duma neutralidade toda cheia de vantagens económicas e devida unicamente à liberdade dos mares, assegurada pela Inglaterra. É por efeito desta liberdade, garantida pelo país da libra, cujo sol a Espanha pretende ver no seu ocaso que, tanto ela como os restantes neutros vêm mantido o seu tráfego marítimo e viram aumentar os seus *stocks* de ouro que, no Banco Neerlandês subiram de 162 para 429 milhões de florins, no Banco Nacional de Copenhague de 78 para 111 milhões de coroas, no Banco Suisso de 180 para 250 milhões de francos, na Caixa de Conversão da Argentina de 196 para 305 milhões de pesos, e, na própria Espanha, de 543 para 867 milhões de pesetas, em 1915, *stocks* estes ainda consideravelmente acrescidos durante 1916!

Pois bem. É dum país que já antes da guerra cobrava em juros e em comissões bancárias e de seguros mais de 350 milhões de libras esterlinas por ano, e que, durante esta assombrosa guerra, consegue manter o domínio dos mares, permitindo aos neutros que por êsses mares que êle guarda transitem os ouros que vão consolidar as suas finanças, e as mercadorias que fazem viver as suas indústrias e os seus povos, — que se receia o declinar da sua moeda! E, entretanto, mesmo nos Estados Unidos, êsse declinar está longe, bastante longe, de atingir as proporções que tanto sobressaltam os homens públicos de Espanha, como se vê do seguinte quadro:

Valor da libra ao par.....	Dólares	4,86 $\frac{3}{4}$
» » » em 17 de Julho de 1914.....	»	4,85 $\frac{1}{4}$
» » » em 10 de Setembro de 1914..	»	4,95
» » » em 7 de Janeiro de 1915.....	»	4,84 $\frac{1}{2}$
» » » em 7 de Julho de 1915.....	»	4,77 $\frac{1}{8}$
» » » em 8 de Janeiro de 1916.....	»	4,77 $\frac{3}{8}$
» » » em 7 de Julho de 1916.....	»	4,76 $\frac{3}{8}$

Não nos parece que, destas cifras, realmente bem mais elucidativas do que a literatura empregada pelos que prevêm e já

descontam o desaparecimento da hegemonia financeira inglesa e a sua substituição pela dos Estados Unidos, resulte cousa que justifique, nem de longe, tal previsão. E, assim, com êste último argumento e com todos os que já expusemos e poderiam ser mais largamente desenvolvidos e documentados, se a índole desta brilhante revista o permitisse, julgamos ter provado não haver motivo que faça de novo surgir o famoso «perigo americano» que, em nosso entender, não passa duma frase literária, incompatível com a verdade dos factos encarados sob o seu aspecto rigorosamente imparcial.

JOSÉ DE CAMPOS PEREIRA.

As Universidades

SUA HISTÓRIA — SUA FUNÇÃO SOCIAL (1)

EX.^{MO} PRESIDENTE DA REPÚBLICA
MEUS SENHORES :

Foi em Lisbôa que el-rei D. Denis estabeleceu a primeira Universidade portuguesa; e até à sua transferência definitiva para Coimbra — onde se mantém ainda hoje, com um brilho que não deslustra as glórias do passado — mais de cento e oitenta anos permaneceu essa Universidade na capital do reino.

Em uma nação de tão vigorosa unidade política que, logo depois de terminada a Reconquista, fixa e assegura uma linha de fronteiras, que ainda hoje se conserva, por assim dizer, a mesma (não falando no lamentavel episódio de Olivença, de que a Espanha se apoderou em princípios do século XIX e ainda nos não restituiu, apesar da resolução do Congresso de Viena); num país, cuja concentração nacional foi imediatamente tão forte, que a eleição da capital do novo reino naturalmente se afirma e define, quasi desde os primeiros anos da sua independência, nada mais legítimo, nada mais lógico, do que ser Lisbôa a cidade escolhida para séde do nosso único Estudo Geral.

Ainda que à primeira vista pareça o contrário, êsse foi e tem sido sempre o exemplo do estrangeiro. Os dois reinos de Castela e de Aragão eram formados de regiões tão distintas, com ideais tão diversos, costumes e usos tão diferentes, que a fundação das suas Universidades havia de corresponder fatal-

(1) Oração *de Sapiëntia*, lida na sessão solene de abertura da Universidade de Lisboa, no dia 16 de Outubro de 1915.

Foi na inauguração do ano lectivo de 1915-1916, que pela primeira vez se celebrou solenemente a abertura desta Universidade, fundada em 1911.

mente a essas condições regionais. A capital da monarquia espanhola foi uma criação artificial de Filipe II, como artificial era também a unidade política da nação. Mas logo que, no volver dos anos, a centralização administrativa, a permanência da côrte, fazem realmente de Madrid a verdadeira capital do reino, a Universidade de Alcalá de Henares, fundada pelo grande cardinal Jiménez de Cisneros, é transferida para aquela cidade, com as regalias e privilégios de Universidade Central da Espanha.

Na Alemanha, retalhada em tantos Estados, nenhuma cidade podia considerar-se a capital; nenhuma das suas múltiplas Universidades podia aspirar a dirigir e a orientar todas as outras, no sentido duma coesão política, que então não existia. Mas assim que a reacção contra o brutal domínio napoleónico se levanta e alastra dum ao outro extremo do país, e ao mesmo tempo se corporiza e acentúa o princípio da unidade germânica, a séde escolhida para o estabelecimento da nova Universidade, que deve ser o centro onde se inspire e promova toda essa reacção, é a cidade de Berlim, isto é, a capital do mais poderoso de todos os Estados alemães.

O exemplo da França é, porém, absolutamente significativo. A mais antiga e a mais notável das suas Universidades, que não foi criada por nenhum Rei, nem fundada por nenhum Papa, mas como que espontaneamente nascida das próprias condições em que se encontrava a capital dêsse reino, foi a de Paris, já ao tempo cabeça das outras cidades da Europa, pela sua importância política, pelo seu desenvolvimento literário e científico. A capital da França que, na solidez da sua adesão nacional, já era *una e indivisível*, muito antes da primeira República assim o haver decretado, reunia em si todos os elementos, nela convergiam todas as energias da nação, capazes de dar à sua Universidade a primazia sobre as outras Universidades francesas.

O decreto do govêrno provisório da República portuguesa, fundando, em 1911, a nova Universidade de Lisbôa, não fez, portanto, mais do que restabelecer, no seu verdadeiro lugar, a primitiva Universidade dionisiana. É certo que três das Faculdades, então organizadas, a de Letras, a de Medicina e a de Ciências, já existiam, sob outra denominação, como estabelecimentos independentes; e só dois anos depois, a Universidade se completou, pela criação da Faculdade de Estudos Sociais e de Direito.

Mas fundar uma Universidade não significa unicamente agrupar

diferentes estabelecimentos de ensino, sôb uma aparatosa chancela. As Faculdades, sem quebra da sua autonomia, devem integrar-se numa intensa vida corporativa. Só assim, pela convergência de todos os esforços no mesmo ideal comum, as Universidades poderão exercer na educação nacional uma acção efectiva e fecunda. Dentro dêstes limites, que por assim dizer representam as condições essenciais da sua existência, muito tem variado, porém, o conceito, a idéia de Universidade, desde o século XIII até hoje.

Como todos os grandes movimentos sociais, provocados sempre por múltiplas causas, não é possível determinar o momento preciso, surpreender o conjunto accidental de circunstâncias de que nasceram as Universidades medievais. As numerosas escolas, fundadas no correr do século XII, em diversas cidades da Itália, da França, da Inglaterra, da Alemanha, já não representavam apenas uma aspiração de cultura: a sua acção alargava-se, impunha-se, transformava-se numa irresistível tendência para realizar concretamente um ideal de vida. E como todos os ideais se convertem em verdadeiras fôrças históricas, quando conseguem incarnar-se em instituições próprias, por isso as Universidades constituem a grande obra da Idade Média, na esfera intelectual.

As mais antigas Universidades, como as de Bolonha, Salerno, Paris, Oxford, nasceram exactamente dêsse movimento, dessa tendência orgânica do espírito medievo. Um simples *Studium* lhes serviu de base, em volta da qual se foram acumulando sucessivos privilégios reais e pontifícios, a par da sua gradual transformação em *Studium Generale*, isto é, aberto aos estudantes de todos os países.

Este foi o modelo, o tipo de todos os institutos, posteriormente criados por fundação expressa da autoridade eclesiastica, ou da civil, ou de ambas conjuntamente. Na ancia de saber, que então abrasava toda esta parte da Europa, as novas instituições não significavam apenas para os Reis a prova do seu amôr pela cultura. Eram uma fonte de glória, de engrandecimento e até de riqueza material para os seus domínios; nelas adivinhavam já o apoio jurídico das suas pretensões, um dos mais firmes sustentáculos do poder real.

A intervenção da Igreja também se explica por motivos muito complexos. Até nos casos, aliás frequentes, em que a Teologia não figurava nos seus planos de ensino, estas escolas eram consideradas pelos Papas como poderosos instrumentos para a difu-

são da ciência e fé cristãs. Com o andar do tempo, na evolução duma lei natural, é que elas deviam emancipar-se da crença, e até, por vezes, insurgir-se contra ela.

Nessa época, e ainda nos séculos imediatos, era o clero quem possuía maiores riquezas e mais bem administradas que as do Estado. A êle tinham, portanto, de recorrer, directa ou indirectamente, os fundadores das Universidades; mas só a Santa Sé podia outorgar o desmembramento das rendas precisas para a manutenção dêsses institutos. O *jus ubique docendi*, supremo e ambicionado privilégio de todos os Estudos Gerais, era também uma concessão especial do Pontificado. Na realidade só o Papa, pelo character universal da sua magistratura, podia dar valôr análogo às escolas e diplomas de cada país.

A multiplicação das Universidades foi verdadeiramente extraordinária! Nos fins do século XII uma só havia, a de Bolonha, oficialmente reconhecida; pois, volvidos menos de três séculos, já florescia em toda a Europa quási oitenta. E desde a Renascença até hoje, não contando várias fundações insignificantes e efémeras, póde afirmar-se que não cessou ainda o movimento de reorganisação ou criação dêstes poderosos organismos, grandes e complexos centros de cultura para a educação total do homem.

A história completa das Universidades seria, portanto, uma verdadeira história geral do pensamento. Bastará, porém, traçar as linhas essenciais do seu tipo, como instituição; esboçar as transformações mais importantes que até agora têm sofrido no seu espirito e na sua fórma, para demonstrar como a vida dêstes institutos, nas suas vicissitudes de esplendor e de decadência, influiu consideravelmente no desenvolvimento intelectual do mundo.

A palavra *Universidade* não significava então uma escola, em que todos os ramos do saber estivessem representados; referia-se apenas à corporação formada por mestres e escolares, a quem a unidade da cultura e o uso dum idioma cosmopolita tinham, por assim dizer, vinculado numa espécie de comunidade internacional, sempre em constante movimento, uns e outros correndo de *Studium* em *Studium*, através da Europa, a despeito das asperezas e dificuldades dos caminhos, os primeiros em busca de novos discípulos, quantas vezes os segundos na esperança duma lição mais impressiva e eloquente, nessa época em que o ensino oral, pela escacez e carestia dos livros, constituía a principal, senão quási a única fonte da instrução.

À semelhança das sociedades de mútua garantia, tão vulgares na Idade Média, as corporações universitárias possuíam uma enérgica unidade, assegurada e fortalecida com prerogativas especiais. Não constituíam, porém, êsses favores, derivados das concessões dos Reis e dos Pontífices, simples imunidades destinadas a tornar mais fácil a vida corporativa, num tempo em que todo o direito era privilégio. As suas regalias — algumas delas importantíssimas, como o monopólio do ensino; a supremacia do fôro acadêmico, em toda a classe de delitos, sôbre a autoridade dos tribunais eclesiásticos e civis; a isenção de certos tributos — não representavam só um poderoso estímulo para o desenvolvimento das Universidades: davam a estas agremiações de professores e alunos, vindos de toda a parte, um tipo de vida própria, uma independência tão acentuada, que em certas ocasiões até lhes serviu para lutar contra os dois grandes poderes, a quem deviam a concessão de tais privilégios.

Abertas a todas as classes de pessoas, nacionais e estrangeiras, moços ou velhos, a diversidade dos escolares, que frequentavam os mais celebrados Estudos Gerais, levou-os naturalmente a agrupar-se em Nações, conforme o seu país de origem. Criada para o recíproco auxílio dos seus membros, cada Nação constituía como que uma nova corporação autónoma, dentro da Universidade, com recursos especiais e vida própria.

A diferenciação dos estudos em ramos independentes, com o caracter oficial de Faculdades, só aparece nos meados do século XIII. Foi a separação natural dos professores de cada ordem de ensino, pelas relações existentes entre as disciplinas que regiam, e principalmente a necessidade de conferir gráus aos seus respectivos alunos, que provocou a organização das quatro Faculdades medievais: Artes; Teologia; Direito canónico e civil; e Medicina. Não se julgue, porém, que só havia Universidades completas. Na de Lisbôa, como nas de Bolonha, Praga, Viena, Tolosa, Salamanca, Valladolid e Lérida, não figurou durante largo tempo o ensino da Teologia; na de Paris, só tarde foi criada a Faculdade de Direito Civil.

Apesar de subordinadas ao Estado e à Igreja, mas sem a minima sujeição às autoridades locais, cuja intervenção repeliram sempre, as Universidades podiam considerar-se pequenas repúblicas federais de Faculdades e Nações, dotadas de autonomia própria. A escolha dos seus funcionários fazia-se, em geral, por elei-

ção. Na Assembleia ou Claustro pleno da Universidade, composto só de professores, ou de professores, graduados e estudantes — quer funcionando directamente, quer por intermédio de delegados especiais — residia o suprêmo govêrno da corporação.

O primeiro magistrado era o Reitor. Esta entidade só aparece, porém, depois da organização das Faculdades; e Estudos Gerais houve, como o de Paris, em que a sua jurisdição, limitada a principio à Faculdade das Artes — aliás a mais frequentada, por ser a Faculdade preparatória — a custo se foi estendendo às três Faculdades Superiores ou Maiores, governadas pelos respectivos decanos.

As suas principais atribuições, como representante temporal da Universidade, eram convocar e presidir a todas as assembleias e conselhos, proclamar os catedráticos, conferir o gráu de Bacharel e autorizar as matrículas. Ainda que os planos de estudos dependessem da autoridade pontíficia, como em Paris, ou da autoridade rial, como nas Universidades da Península hispânica, a orientação pedagógica do ensino pertencia exclusivamente aos professores; nem o Reitor, nem os estudantes — até no caso de serem os eleitores dos próprios lentes — podiam intervir em tal assunto. Em certas Universidades, como a de Lisbôa, eram, porém, os escolares que, no principio do ano lectivo, escolhiam as matérias, que deviam ser lidas pelos mestres.

Com raras excepções, o Reitorado costumava ser exercido sempre por um ou mais estudantes, periódicamente eleitos pelos delegados de todos, ou apenas daquele grupo dos seus camaradas, a quem os Estatutos conferiam o direito de eleitores. Talvez a circunstância de serem escolhidos estudantes concorresse para a curta duração das suas funções, que em Universidade alguma excedia a um ano. O ceremonial da eleição, a pompa verdadeiramente decorativa do cargo, davam ao novo magistrado uma imponente representação exterior; mas a sua importância real, a sua influência efectiva e intrínseca, não podiam evidentemente ser grandes, pelo exíguo praso em que o seu Reitorado se exercia. Em algumas Universidades da Itália, chegaram a coexistir quatro Reitores. Na de Lisbôa, houve durante algum tempo dois, respectivamente eleitos pelos escolares da Faculdade de Direito, os canonistas e os legistas. Em algumas Universidades, a eleição podia recaír, porém, em indivíduo estranho ao corpo discente.

Aos estudantes competia ainda eleger outras autoridades académicas. Entre elas, merecem especial menção os Procuradores das diferentes Faculdades ou Nações, chamados também Consiliários em Bolonha e Salamanca, Vice-reitores em Cambridge e Conselheiros entre nós. Eram, junto do Reitor, os representantes permanentes dos interesses dos seus pares.

Além destes funcionários temporais, em quasi todas as Universidades havia um magistrado perpétuo, delegado do Pontífice. Era o Chanceler ou Cancelário, a quem competia vigiar pela observância dos Estatutos e conferir, geralmente, os graus superiores ao de Bacharel, que era, por assim dizer, um grau interno da própria Universidade. A sua importância, enorme nos primeiros tempos, foi pouco a pouco decaindo. Nas Universidades espanholas deu-se, porém, o fenómeno contrário: civis nas suas origens, a partir do século xv, em todas elas mais ou menos se acentua o predomínio eclesiástico.

A maioria das Universidades tinha ainda, sôb a designação de Conservadores, um ou mais funcionários de nomeação régia, também inamovíveis. Eram os juizes privativos da corporação, especialmente incumbidos de manter os seus privilégios, os intermediários entre a Universidade e a Corôa.

A antiguidade clássica não conheceu exames, nem graus. São uma invenção da Idade Média, talvez pela conveniência de fechar cada período de estudo, por um acto mais ou menos solene. O primeiro grau era o de Bacharel, que significava apenas aspirante à Licenciatura. Esta constituia, portanto, a prova mais séria e mais difficil. Os graus de Mestre e de Doutor não eram, geralmente, mais do que uma consagração natural da Licenciatura; por isso consistiam, principalmente, em solenidades e festas de mera ostentação. Em Salamanca, por exemplo, o novo doutorando tinha obrigação de custear uma corrida de touros.

A distribuição dos graus não era idêntica, em todas as Universidades. Na Faculdade das Artes de Paris, o grau mais elevado era o de Mestre, equivalente ao de Doutor, em todas as outras Faculdades. Em Espanha, porém, só os licenceados em Direito é que podiam receber o Doutorado; nas Faculdades de Teologia, Medicina e Artes, o grau superior era o de Mestre. Entre nós, a princípio, só existia a Licenciatura; depois é que se criaram os graus de Mestre e de Doutor.

Neste rápido bosquejo das Universidades medievais, seria de-

véras interessante contar a vida diária dum escolar do tempo. Acabada, na capela das Escolas, a missa, que devia começar *em nascendo o sol*, ou resada, pelo menos, a oração da manhã, os lentes davam princípio aos seus trabalhos. Se o estudante pertencia ainda à Faculdade das Artes, cuja frequência era enorme, ouviria de pé toda a lição, pois raríssimas classes tinham bancos; a não se sentarem sôbre palha estendida no chão, como sucedia na Universidade de Paris.

Além da mencionada lição de *prima (hora prima matutina)*, havia mais três: a de *tertia*, às nove horas da manhã; a de *nona*, às três da tarde; e a de *vespera (hora vesperarum)*, às cinco, todas designadas segundo a divisão das horas canónicas. Eram estas as cátedras grandes, ordinárias e obrigatórias; mas em todo ou parte do ano lectivo, outros cursos, extraordinários ou facultativos, frequentavam ainda os alunos.

Em geral, os professores liam e comentavam os livros de texto, ora improvisando, ora ditando; e os alunos copiavam essas observações nos seus cadernos. Esta análise, essencialmente parafrastica, do trecho lido, constituia a *expositio*, a qual era muitas vezes seguida das *quaestiones*, que serviam para o mestre defender a sua doutrina contra objecções por êle próprio formuladas. De tempos a tempos, havia as *repetitiones* sôbre assuntos dados; nas Faculdades de Direito, muitas vezes se estudavam processos reais ou imaginários, propostos pelo lente, como aplicação dos princípios já conhecidos. Finalmente, aos sabados, effectuava-se a argumentação ou *disputationes* — entre nós chamadas *sabatinas* — em que todos os alunos da classe podiam livremente tomar parte. Era, incontestavelmente, uma espécie de escola prática da argúcia, da flexibilidade, da subtileza do raciocínio. Mas como a observação da Natureza se fazia exclusivamente através dos livros; como as coisas só tinham o mero valor formal das palavras, que as representavam, nenhum ensinamento novo se colhia dêsse jôgo de dialéctica, dêsse vão torneio do espírito.

A duração dos cursos era muito variável. Dos quatorze aos quinze anos, podia o escolar ser Bacharel em Artes, com direito a matricular-se nas Faculdades Superiores; e obter, aos vinte e um, o grau de Mestre na mesma Faculdade. O Doutorado em Direito ou Medicina tinha por limite mínimo vinte e seis ou vinte e sete anos; muito mais tempo levava, porém, a conseguir idên-

tico gráu em Teologia. Na Universidade de Paris, por exemplo, só aos trinta e cinco anos completos.

O ano lectivo também não era igual em todas as Universidades. Na França, começava geralmente em 19 de Outubro, isto é, no dia imediato ao de S. Lucas, para concluir em 29 de Setembro, no dia de S. Miguel. Em Espanha e Portugal, principiava um dia antes, mas terminava muito mais cedo, em 24 de Junho, pelo S. João. O Regimento, dado por D. Afonso v à Universidade de Lisboa, alargou-o, porém, até Santa Maria de Agosto, ou seja 15 dêsse mês.

Apreciemos agora, no seu conjunto, as qualidades e os defeitos das Universidades medievais. A aglomeração, no mesmo centro, de milhares de estudantes, Mestres, Doutores e dependentes da mais variada especie, todos inscritos nos registos da Universidade, para gosar dos privilegios academicos; desordens quasi constantes, ora com os burgueses da cidade, ora de Nação contra Nação, de Faculdade contra Faculdade; a frequênciã do duelo, ainda hoje tão usado na Alemanha; o espirito de aventuras, aliás característico da época; a exagerada protecção do seu fôro peculiar e privativo; uma grande licença de costumes: tudo concorria para manter, na vida universitária, um bulício, uma agitação permanente.

Mas, pela intensa confraternização a que esses mesmos costumes obrigavam, todos os escolares, nobres ou plebeus, ricos e pobres — e havia-os então verdadeiramente miseraveis, apenas sustentados da caridade pública — consideravam um dever de solidariedade o auxiliarem se uns aos outros, nos seus estudos, nas suas doenças e infortunios. A uniformidade do traje também tornava mais íntima essa união entre camaradas.

As Universidades foram, incontestavelmente, uma das grandes forças públicas da Idade Média. Intervindo em todos os problemas políticos e eclesiásticos do tempo, quem mais do que elas auxiliou os monarcas na sua luta contra o regimen feudal; quem mais do que elas concorreu para os progressos do terceiro estado?

Contribuindo directamente para a formação duma classe intermédia entre a nobreza e o povo, classe donde saíram tantos preceptores de principes, altos dignitarios do Estado, bispos e até Papas, pode dizer-se que nas Universidades medievais se vinha já preparando o terreno para a queda da nobreza territorial, para o futuro advento ao poder da burguesia moderna.

A federação das Faculdades, o sufrágio aplicado á escolha dos cargos, a frequencia das assembleias e juntas delibérativas, faziam das Universidades uma escola prática de liberdade. Por isso nelas se manteve sempre uma certa independencia de espirito, a despeito da ortodoxia reinante. Por isso, a Universidade de Paris, ao mesmo tempo que coadjuvava com toda a sua influencia a acção dos Reis de França, defendia a idéa de que o poder rial, instituido para o bem comum, devia ser contido nas suas arbitrariedades pela ameaça do direito de insurreição.

Quando, no seculo xv, se acentua o poderoso movimento humanísta, que procura criar um novo ideal de vida pelo renascimento da cultura classica, a sciencia começa a emancipar-se da servidão da Igreja; a libertar-se, num gigantesco esforço, do artificioso sistema da Escolastica, cheio de subtilezas dialecticas e de formulas vazias de sentido. O velho saber medieval, livresco, interpretativo, autoritário, não podia evidentemente resistir ao espirito de livre exame, provocado pela Renascença. Em vez da educação ecclesiástica claustral, por tantos seculos dominante, aspirava-se a uma formação, puramente *humana*, do homem.

As Universidades — muitas das quais tinham perdido a sua independencia, á medida que o poder rial se consolidava — entram tambem, pouco a pouco, na moderna corrente pedagogica; e a renovação dos estudos greco-latinos atinge então o maximo esplendor. Mas a tempestade da Reforma em breve vai agitar, revolucionar, dominar todos os espiritos. A favor do novo movimento ou contra ele, o Humanismo tem de adaptar-se aos interesses e á influencia das lutas religiosas. A divisão dos membros da Igreja em catholicos, luteranos, calvinistas, anglicanos; o esforço das diferentes confissões, procurando realçar a verdade dos seus artigos de fé, em largas controversias teológicas, dão origem a uma nova Escolastica, cuja linguagem não era menos arredada do latim classico do que a da velha Escolastica medieval, tão cruelmente ridicularizada pelos humanistas.

Nos gymnasios protestantes, como nos collegios jesuiticos, o ensino visava principalmente ao domínio oral e escrito do latim, o verdadeiro instrumento da sciencia cosmopolita do tempo. Por isso se exigia o seu emprego, como lingua usual, além das horas lectivas; e as representações teatrais de scenas de Terencio e Plauto, ou de comédias latinas, proprias para estudantes, constituíam as mais amiudadas festas escolares. Quer uns, quer outros

dêses institutos não eram, porém, só escolas de latim, mas de religião cristã, reformada ou católica; e para que o ensino das linguas antigas, pela liberdade do conceito, não influísse perniciosamente no espirito dos alunos, os autores profanos eram apenas estudados do ponto de vista gramatical e estilístico. Também a disciplina que nessas escolas vigorava, não obstante os conselhos e exortações de Erasmo, se mantinha ainda rigorosamente monacal.

A intolerancia agrava-se, porém, cada vez mais: o professor universitario já não vale pelo seu saber, mas pela sua fé religiosa. A insuficiencia dos mestres acelera, portanto, a decadencia do ensino humanista; e as Universidades, principalmente naqueles países, onde a acção do Estado é mais absorvente, mais severa a censura dos livros, ou a Inquisição domina pelo terror, conservam-se estacionárias, indiferentes, estranhas a todo o grandioso movimento scientifico do seculo XVII, em que a natureza, durante tantos seculos apenas estudada nas obras dos escritores gregos e romanos, especialmente de Aristoteles, começa a revelar os seus admiraveis segredos, que haviam de transformar a concepção do mundo.

No seculo XVIII, á excepção de raras Universidades alemãs, onde já penetrara o espirito scientifico moderno, quer lutando contra os preconceitos religiosos ainda dominantes, quer facilitando a vitória da filosofia racionalista, apoiada nas matemáticas e nas sciencias naturais, a decadencia geral do ensino mantém-se; dir-se-ia que a historia intelectual das Universidades terminara no ultimo quartel do seculo XVI. Entre nós, pela notavel reforma pombalina de 1772, alarga-se o plano das antigas Faculdades universitarias; criam-se mais duas, a de Filosofia e a de Matematica; organisam-se museus e laboratorios; chamam-se professores competentes para a regencia das cadeiras novas. Mas além da errada separação das sciencias matematicas e naturais em duas Faculdades distinctas, da falta dos estudos filologicos e historicos na Faculdade de Filosofia, os Estatutos constituíam, pela minucia dos seus preceitos, pelo excesso da sua regulamentação pedagogica, um verdadeiro entrave áquele espirito de liberdade, que deve ser a propria essencia do ensino universitario.

Ao romper do seculo XIX, voltam as Universidades a chamar a atenção, a suscitar o reflectido interesse dos pensadores e dos homens de Estado. Dessa época são até os dois tipos, a que

podem reduzir-se quasi todas as Universidades, de criação ou de transformação moderna: a Universidade imperial da França, organizada por Napoleão, em 1808; e a celebre Universidade de Berlim, fundada em 1810, como centro da mais livre investigação scientifica. E o movimento em favor dêsses grandes organismos de educação nacional não enfraqueceu ainda: só na Inglaterra, nestes ultimos quinze anos, criou o governo quatro Universidades novas.

Mas a orientação reformadora não foi, em todos os países, a mesma: se algumas nações mantiveram sempre, até nas fundações mais recentes, as linhas essenciais das antigas corporações universitarias, naquelas que, por uma ou outra causa, quebraram a sua tradição escolar, as Universidades foram, em geral, consideradas como um ramo, mais ou menos substantivo, da administração centralisadora do Estado.

O intuito de Napoleão, constituindo com todos os graus de ensino da França, submetidos á mais rigorosa disciplina militar, uma só Universidade, de que era chefe supremo o grão-mestre nomeado pelo imperador, foi evidentemente converter essa gigantesca máquina num poderoso instrumento de governo, num forte ponto de apoio da dinastia reinante. E tanto assim o compreendeu a Restauração, que manteve a organização imperial da instrução publica, nos seus traços fundamentais.

Foi êste o modelo com mais ou menos rigor adoptado em todas as reformas universitarias, que no decorrer do seculo XIX se realizaram em Espanha, na Italia, na Belgica e entre nós, tornando as Universidades absolutamente dependentes do poder central.

A um regimen completamente oposto pertenciam as Universidades da Alemanha, da Austria, da Dinamarca, da Suecia e — não obstante oferecerem caracteres típicos diversos — tambem as da Inglaterra, Escossia e Irlanda. Todas elas tinham personalidade civil e larga autonomia administrativa e pedagogica. Verdadeiras corporações privilegiadas, o Estado, que aliás as dotava generosamente ou lhes guardava a administração do seu antigo patrimonio, apenas intervinha no seu governo exterior. Na Grã-Bretanha, porêm, as mais antigas Universidades, como as de Oxford e Cambridge, nem essas limitadas relações tem com o Estado: são corporações absolutamente autonomas, com uma organização ainda muito semelhante á dos tempos medievais.

Num relatorio endereçado ao rei da Prussia por Guilherme de

Humboldt, a proposito da fundação da Universidade de Berlim, encontra-se um verdadeiro programa das futuras relações desse instituto com o poder político da nação: «Só vivendo na idéa pura da sciência, é que as Universidades podem alcançar o seu fim. Concentrar nelas os investigadores — mestres e escolares — e dotá-los de todos os meios indispensaveis para o seu trabalho, são obrigações do Estado, mas obrigações puramente externas. Na sua organização interna não deve o Estado intrometer-se, por incompetente; e se interferir, fá-lo-há sempre com prejuizo, e as coisas correriam infinitamente melhor sem a sua intervenção.»

Estas memoraveis e significativas palavras foram, na realidade, proféticas. Assim, ao passo que nas Universidades da Alemanha, pela liberdade e independencia de que gosavam, a vida intelectual era activa e laboriosa, intensa a produção scientifica, enorme a sua influencia na direcção efectiva da nação, as Faculdades da França, presas dentro de planos rígidos e inflexiveis, sob a rigorosa tutela do Estado, não passavam de meras oficinas de preparação para determinadas carreiras publicas, de simples fábricas officiais de diplomados, verdadeiramente improdutivas para a sciencia, pouco menos do que estereis para a educação positiva do povo francês.

A decadencia do ensino tornou-se tão manifesta que, desde 1881, os principais ministros de instrução publica da França, como Ferry, Goblet, Bourgeois, interessadamente se ocupam da questão. Foi a M. Raymond Poincaré, que superiormente agora desempenha as altas funções de Presidente da Republica Francesa, que pela lei de 10 de julho de 1896 coube emfim a glória de reconstituir em Universidades todos os agrupamentos de Faculdades da mesma circunscrição academica, sob um plano de rasgada autonomia. Apesar de recente, pelo vigoroso impulso dado ao ensino, pela sua nova orientação, pelo valor dos trabalhos já realizados, a criação das modernas Universidades da França, depois de quinze anos de persistentes esforços, representa a mais fecunda obra educativa dos homens de Estado da terceira Republica.

Em Portugal, começaram tambem os estabelecimentos de ensino superior a gosar de certa independencia, a partir do decreto, com força de lei, de 19 de agosto de 1907. Mas só depois da implantação da Republica, pela reforma do ensino universitario de 19 de abril de 1911, é que essa autonomia se tornou mais po-

sitiva e concreta. E', porém, indispensavel ampliá-la, principalmente no ponto de vista pedagogico, de forma a dar a cada Faculdade, dentro dos justos limites que a propria organização universitaria lhe impõe, a maior flexibilidade, a mais intensa individualidade possivel. Lembremo-nos sempre das sugestivas palavras que o mesmo illustre estadista, M. Raymond Poincaré, escreveu numa exposição dirigida ao Conselho Superior de Instrução Publica da França, quando lhe submeteu os decretos relativos á organização administrativa e financeira das recentes Universidades:

La fonction des Universités est une fonction scientifique... Or, par essence, la recherche scientifique est libre; elle ne peut être féconde que par la liberté. Elle ne reconnaît d'autres lois que les règles des méthodes, et ces règles, la puissance publique est inhabile à les tracer.

Mas, por mais ampla que a autonomia seja, as Universidades faltarão ao verdadeiro cumprimento do seu dever educativo, se não procurarem dar ao ensino a norma orientadora das energias patrioticas da mocidade; se não souberem ser as eloquentes interpretes dum ideal de grandeza nacional.

Durante o ultimo seculo, nos países latinos — ao contrario das Academias e grandes escolas extra-universitarias, verdadeiros laboratorios de pura investigação científica — as Universidades limitaram-se, em geral, a distribuir mecanicamente aos seus alunos uma certa quantidade de sciência feita, dogmática, cerrada a toda a espécie de crítica, tão inalteravel como a propria *sebenta* do professor ou a doutrina soberana do compêndio adoptado. Modestos centros de exposição e preparação para exames — como se não fosse evidente o celebre aforismo de Laboulaye: «nos países em que ha mais exames, é onde menos se estuda» — as Universidades restringiam-se a uma função meramente instrutiva; e esse mesmo intuito era muitas vezes sacrificado ao resultado do exame.

Outro tem de ser hoje o fim destas escolas. Genuinos institutos de livre investigação filosofica, as Universidades devem preparar os seus alunos para o trabalho pessoal, para a formação científica do seu espirito, não como simples estudantes de profissão, cuja jornada legal é tão curta, mas como interessados colaboradores dos proprios mestres. Para que a personalidade dos alunos se desenvolva, porém, sob todos os aspectos, tanto no amor pela verdade, como na expansão das energias fisicas e

no avigoramento do character moral, não basta que as Universidades representem, na série das instituições escolares, o mais alto e complexo órgão da educação intellectual dum país ; é preciso que a sua influência se exerça em todas as esferas da vida social.

Nas antigas corporações universitarias, as relações entre professores e alunos eram bem mais íntimas do que hoje, em que o estudante, como já observou Savigny, não passa, muitas vezes, dum simples numero de matricula. Então, os alunos — cujos sacrificios pela sciência só pode avaliar quem conheça os costumes do tempo — não se reuniam apenas nas aulas, durante as horas de lição ; as suas agremiações eram verdadeiras escolas de solidariedade, onde os moços aprendiam a ser homens. As Universidades medievais não constituíam, portanto, só uma direcção scientifica ; pela sua intimidade corporativa, tão cordial e tão robusta, concorriam tambem poderosamente para a educação geral da mocidade.

Esta deve ser a aspiração das Universidades modernas, o seu ideal superior de cultura, seja qual fôr o plano de organização, dado aos seus estudos. Uns consideram a Faculdade de Filosofia — que nos povos latinos está geralmente dividida em Faculdade de Letras ou de Filosofia e Letras e Faculdade de Sciências — como a verdadeira Universidade, por compreender a enciclopédia dos chamados estudos desinteressados ; e as restantes Faculdades seriam, neste caso, incluídas entre as escolas especiais de applicação. Outros pretendem, ao contrário, incorporar na Universidade, além das Faculdades tradicionais, todas as escolas tecnicas, cujo ensino, cada vez mais diferenciado, tenha alcance propriamente scientifico e possa constituir um organismo independente. A Universidade abrangeria assim toda a enciclopédia dos conhecimentos humanos ; e é esta a direcção, que progressivamente se acentua nos países cultos.

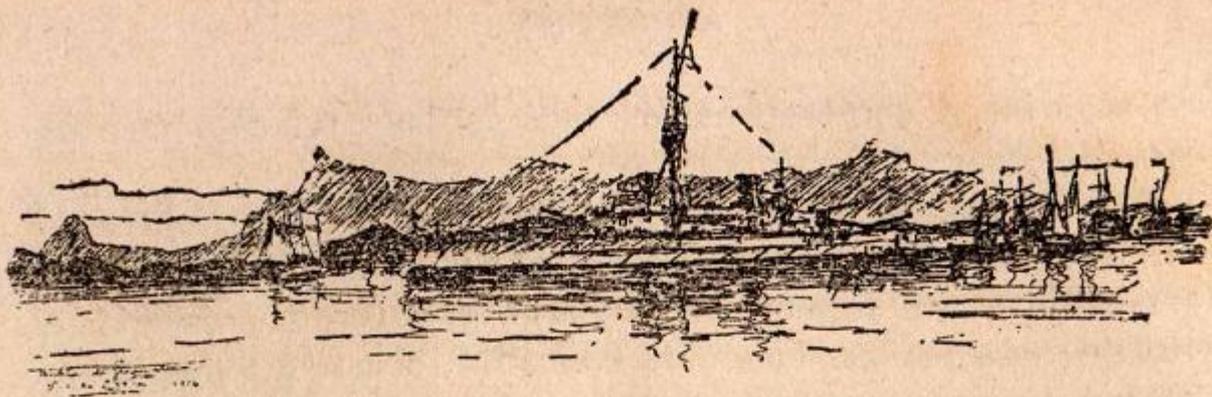
As Universidades tendem, portanto, a alargar a sua esfera de accção. Mas os seus fins não podem limitar-se á formação do autentico espirito scientifico, em todos os ramos do saber, por mais altamente educativo que seja esse ideal do ensino. A' volta delas, é tambem indispensavel criar o ambiente proprio para a educação integral da mocidade, para o pleno desenvolvimento do homem, do cidadão. Por isso, a par de quanto possa concorrer para a expansão da sua intelligencia, se tem de atender igualmente ao bem estar material dos alunos, á sua higiene, ao estreitamento

dos seus laços corporativos, ás suas cordiais relações com os mestres.

A Universidade não deve preparar apenas para as diversas profissões sociais, mas para a Vida, na sua infinita complexidade. O seu fim não é formar uma minoria de governo, presumida e irritante; mas realizar uma obra educativa, aberta a todos os horizontes do espírito, levar a todas as classes, pelas conferencias eruditas, pela extensão universitaria, pelos cursos de férias, pelas excursões scientificas, pela revista, pelo livro, um ideal de nobreza, de arte, de prazer que, tornando a existencia mais bela e mais fecunda, concorra tambem para fortalecer, para manter a unidade da alma nacional.

Hoje, mais do que nunca, é preciso criar nos portugueses a consciencia social da raça. Pois esta suprema aspiração patriótica só a poderão conseguir as Universidades.

J. M. DE QUEIROZ VELLOSO.



Navegação para o Brazil

Volta novamente a fallar-se na carreira de navegação portugueza para o Brazil. Actualmente todas as entidades politicas, commerciaes e financeiras estão empenhadas na solução do velho problema, que pela sua magna importancia, representa o principal factor do resurgimento economico de Portugal.

Chegou o momento de satisfazer essa aspiração patriotica do commercio portuguez no Brazil, que vê fugir-lhe, pouco a pouco, a velha influencia conquistada nos mercados da grande republica, durante varias dezenas de annos de constante trabalho.

A decadencia do commercio portuguez era devida á competencia de outras raças, perfeitamente aparelhadas para a lucta por uma educação especializada do assumpto, — mas o factor que mais concorria para a victoria lenta e segura dos adversarios era a navegação adstricta ao esforço de cada povo.

Basta attentar na organização maritima da Allemanha para se ver a razão d'este asserto. A confederação germanica, cobrindo as formidaveis despesas do inicio das suas carreiras de navegação, conquistou os mercados sul-americanos e os da America do Norte. Quiz ser uma nação colonial, e, ao mesmo tempo que combinava com as demais nações da Europa a partilha do continente africano, lançava os seus navios da *Deutsche Ost-Africa Linie* em viagens de circumnavegação ao continente negro, para mercadejarem em portos inglezes, portuguezes, francezes e italianos do Atlantico e do Mediterraneo. E, cheia de enthusiasmo, levou os seus caixeiros viajantes aos mares da India, a concorrerem com os negociantes inglezes do Industão, com os francezes da Indo-

China e com os norte-americanos da China e das Filipinas. Tudo isto, porém, foi feito com navegação própria que ia procurar escalas até então abandonadas.

Com as carreiras do Brazil, a Allemanha conquistou todos os mercados do norte ao sul do grande paiz. Algumas das suas industrias floresceram com o consumo do Brazil, o que nunca poderia acontecer se ficasse sujeita aos recursos de companhias estrangeiras de navegação.

A Italia, que, durante os ultimos decennios, manteve a supremacia nas carreiras do Mediterraneo para a America do Sul, tambem não se intimidou com a guerra submarina dos ultimos tempos, nem com as demais difficuldades do momento e, por um esforço patriotico, consegue fundir as quatro companhias «*Lloyd Italiano*», «*La Veloce*», «*Itália*» e «*Navigazione Generale Italiana*» n'uma só empresa — a «*Societá América Itália*» — para tornar mais homogenea a sua acção no grande combate a travar com as suas rivaes para a conquista economica do continente sul-americano.

Os pequenos povos do norte julgam tambem o momento propicio para o estabelecimento de carreiras de navegação para o Brazil, sem se inquietarem com as contingencias da guerra maritima. Assim fizeram a Suecia e a Noruega, creando typos novos de navios, adequados aos seus generos de commercio, no simples proposito do desenvolvimento do intercambio commercial com o Brazil, onde as colonias são diminutas e sem os interesses colossaes do povo lusitano. E assim procedeu tambem a Hollanda, que, após a surpresa do torpedeamento do «*Tubântia*», voltou a restabelecer a carreira da America do Sul.

O governo da Russia vem combinando com os syndicatos agricolas os planos de uma carreira regular de navegação, ligando Odessa aos portos do centro e sul do Brazil, logo após a guerra, n'uma concorrência franca com os paizes da Europa, para garantia da corrente emigratoria dos seus camponezes para os estados de S. Paulo e de Minas Geraes. É mais um temivel rival que os Estados Unidos da America do Norte e a Republica Argentina vão encontrar no mercado das farinhas no Brazil, porque este esforço da navegação não pode ficar esteril no vasto campo commercial, onde a colonia representará o papel de propagandista e consumidor.

Da França e da Inglaterra não falaremos, porque são bem conhecidos os seus recursos e a sua louvavel persistencia em não

abandonar a carreira do Brazil, devendo comtudo salientar-se o procedimento da *Pacific Line* que leva os seus navios até à costa occidental da America, aos portos do Chili, do Peru e da America Central.

Não devemos esquecer o povo japonéz que, simplesmente para servir os interesses dos seus colonos do estado de S. Paulo, faz tocar no porto de Santos, em epochas determinadas, os seus proprios navios, que vão introduzindo no Brazil os generos da Asia longinqua, em troca do café levado, quasi sem direitos, para a China e para o Japão. E o que se deu com a Allemanha, deu-se com todos os paizes que asseguraram a sua exportação com a propriedade de navegação nacional.

O exemplo da Hespanha é frisante. Aproveitou a contingencia da guerra para lançar as bases de duas novas empresas de navegação: uma de Vigo a New-York para se consolidar na carreira, aproveitando a sua situação de paiz neutral, — outra para a America do Sul, para garantia da sua emigração e vehiculo seguro d'uma larga exportação de vinhos, fructas e azeite. E, medindo bem as consequencias do seu esforço para a conquista de novos mercados, inaugura com desassombro os depositos do porto franco de Cadiz, lançando assim as bases da sua expansão commercial, n'uma parte da costa maritima, que muito mal pode fazer ao seu vizinho do occidente.

Todas as nações se preparam já, durante as hostilidades, para a guerra economica do futuro, no intuito de suplantarem de vez o inimigo commum, — a persistencia do trabalho allemão nas industrias e no commercio.

Pela sua tenacidade, a Allemanha moderna deu ao mundo um grande exemplo de energia, que os outros povos rivaes não conseguiram egualar. E Portugal, o navegador audaz dos outros tempos, o fundador d'um grande imperio colonial, abandonou ao acaso as conquistas do passado. Senhor das mais vastas e mais ricas colonias africanas soffria pacificamente a concorrencia teutonica nos seus portos coloniaes e deixava ao patriotismo da colonia do Brazil a solução de um problema, que ha de marcar — quando resolvido definitivamente — o início de uma nova epocha de expansão commercial.



AFIRMAÇÕES DA CONSCIÊNCIA NACIONAL

VI

CIVILIZAÇÃO PORTUGUESA

« — Apesar das nossas afinidades, cada vez maiores, para com a França — mãe espiritual da nossa civilização — penso que seria sobretudo interessante que V. Ex.^a se referisse à Inglaterra, observei . . . ».

Eis uma das frases, com que João de Barros abre o diálogo numa entrevista, por tantos títulos notável, e que inseria no penúltimo número desta revista de que é um dos ilustres directores. Ora há naquelas palavras uma estranha afirmação, que é mister que se esclareça e reduza às suas devidas proporções: — a de que a França seja a *mãe espiritual da nossa civilização*. Semelhante conceito só pode ter um sentido actual e restrito. Em matéria de civilização somos na história uma Pátria tão grande, que não podemos tolerar o matriarcado de nenhuma outra. Devemos alguma cousa à França? É certo. Nas últimas conquistas da liberdade e da democracia ela foi, não a nossa mãe, mas a nossa Musa, como, aliás, a inspiradora fraternal de todos os povos. E basta: é já muito.

Mais do que isto, — dar àquela frase extensão tal que nos reduza ao papel de nação-bambino mamando durante oito séculos o leite das suas tetas civilizadoras, é, além de falso, pouco político.

Seria, todavia, desconhecer o espírito e a cultura de João de Barros atribuir êste último significado à sua frase, que peça de certo e unicamente pela imprecisão.

Mas, como o grande público está por demais habituado a ler em certos artigos de jornal ou a ouvir em discursos de comício aquela mesma afirmação ainda que por outras palavras, que João de Barros me permita que eu lhe preste o imodesto serviço de rectificar as suas palavras, extremado-o assim dalguns maus jornalistas e palreiros, e referindo aqui recentes trabalhos da mais alta importância para a história da civilização nacional.

Não há hoje quem, medianamente letrado, ignore que as Descobertas

portuguesas são um dos maiores e mais característicos factos da Renascença e aquele que em todos os tempos mais violenta e rápidamente alargou e transformou a vida da Humanidade.

Os detractores estrangeiros e nacionais têm amesquinhado o valor dessa obra, avaliando-a unicamente pelas violências, roubos e depradações com que alguns capitães e governadores a ennodaram.

Esta espécie de apreciações envolve sempre um juízo pessimista sobre o Homem, em geral. Quere dizer, um desconhecimento da psicologia humana e uma curteza de vistas para avaliar de conjunto as grandes obras.

Julgar do valor e dos intuitos das Descobertas pelos crimes que se cometeram nas Conquistas, o mesmo é que julgar da Revolução Francesa por duas das suas conseqüências: — o Terror e o Bonapartismo.

Mas o que até há uns três anos ou menos se dava por incontroverso é que a originalidade daquela estupenda Obra não nos pertencia pelo que diz respeito aos recursos scientificos e instrumentos náuticos de que nos servimos nas grandes navegações. Essa opinião está claramente posta nestas palavras do alemão Ziegler: «Se a Alemanha não tomou parte directamente nas grandes descobertas geográficas dos séculos xv e xvi, houve sábios alemães que, pelos seus trabalhos de oficina e gabinete, lhes prestaram o auxílio mais essencial».

Era assim, mais ou menos, que pensavam estrangeiros e até nacionais, attribuindo ao alemão Behaim, que fez parte da célebre *Junta dos Matemáticos* de D. João II, a introdução em Portugal dos conhecimentos scientificos do seu compatriota Regiomontano para a organização das tábuas de declinação solar de aplicação náutica. O mesmo se dizia quanto aos instrumentos náuticos.

Passavamos assim por uma raça de aventureiros ignaros, cuja audácia fôra servida pela sabedoria alheia e diminuída ainda na grandeza do seu esforço por uma bárbara cupidez. Uma espécie de normandos do equinócio com algumas largadas épicas pelo Mar e a grande saga dos Lusíadas...

E todavia essa alucinada epopeia marítima, a mais espantosa de que a história reza, se é certo que tem estrofes escritas com sangue e violência, foi proféticamente inspirada, dirigida ou realizada por algumas figuras da raça de Prometeu.

Esta verdade foi batida nestes últimos quatro anos por uma chapada de juz reveladora. O nosso lugar na história da civilização humana, ao lado dos poucos Povos Messias e Mártires, fica marcado para sempre e definitivamente.

Já le-vão quatro anos depois que Joaquim Bensaúde publicou em Berne o seu livro *L'astronomie nautique en Portugal à l'époque des grandes découvertes*. Nessa obra, onde a velha questão é estudada em quasi todos os materiais que se conheciam e onde se analisa um novo documento quasi desconhecido, o *Regimento do estrolábio e do quadrante...*, incunábulo português existente na Biblioteca Rial de Munich, prova-se claramente que não foi Behaim o introdutor desses conhecimentos em Portugal, mas que nós soubemos aproveitar com grande energia e estudo a velha tradição astrológica que se perpetuara na Península, através dos Árabes, e vinda da Grécia. Os últimos guardas desse fogo divino foram os astrólogos judeus da Península, tantos dos quais viveram em Portugal; e aquele desses misteriosos personagens, que havia de ter influencia directa para a construção daquelas

cartas náuticas, foi Abrahão Zacuto, que mais tarde havia de ser o astrólogo de D. Manuel.

Pela publicação desse incunábulo, que não foi senão um manual prático e científico para uso dos marinheiros portugueses e pela impressão de outros documentos quasi esquecidos, mas do mais alto valor, que o Sr. Bensaúde, auxiliado pelo governo português tem realizado, averigua-se claramente que nós fomos os verdadeiros criadores da sciencia náutica e *aqueles que a difundimos e ensinámos aos outros povos*. Sobem de importância, agora agrupados, esses ignorados escritores da sciencia, que ia remodelar a Terra: — o autor desconhecido do *Regimento do astrolábio*, o Francisco Faleiro do *Tratado del esphera e del arte de marear*, o João de Lisboa do *Livro de marinharia*, com o *Tratado da agulha de marear*, o Duarte Pacheco do *Esmeraldo*, o Pedro Nunes do *Tratado da Sphera*, o Valentim Fernandes do *Repertório dos Tempos*, e o D. João de Castro dos *Roteiros*.

Emfim, é tal a importância do livro de Joaquim Bensaúde que vários escritores franceses e até alemães consideram a questão como liquidada a nosso favor. Se algum dos nossos leitores tivera interesse em conhecer melhor o caso, consulte a *Revista da Universidade de Coimbra*, vol. III (1914), onde o sábio professor Luciano Pereira da Silva escreveu um estudo sobre aquele livro, transcrevendo juntamente o longo artigo do Sr. Gallois, professor da Sorbonne, inserto naquele mesmo ano nos *Annales de Géographie*, e que é tão lisonjeiro para Bensaúde e para todos os portugueses. Igualmente nesta *Revista* vai aparecer, traduzida, a notável conferência *The history of the gradual development of the groundwork of geographical science*, de Sir Clements Markham, ex-presidente da Sociedade de Geografia de Londres, onde o valor daquela obra é altamente apreciada.

Mas não se limitou a isto aquele professor, que é uma glória do nosso magistério. Do mesmo passo publicava elle naquela *Revista* o seu estudo *A Astronomia dos Lusíadas*, que em alcance científico e nacional não é inferior à *Astronomie Nautique*, e naturalmente a sobreleva na proficiente segurança com que foi escrito.

Prova o grande professor que o astrolábio, o principal dos nossos instrumentos náuticos daquela época, era uma simplificação portuguesa dum outro astrolábio mais complicado, mas conhecido na Península, desde o tempo dos Arabes.

E prova mais, com uma documentação e uma lógica admiráveis, que os primeiros homens, que estudaram com um fim científico e prático os novos astros do hemisfério austral, fixando a constelação polar (permita-se a expressão) que havia de guiar os navegantes naquelas misteriosas paragens, foram os portugueses. Mais uma glória que os estrangeiros disputavam e que é agora pertença do nosso grande património. A cruz de Cristo, que sangrava nas nossas velas, refulgia também no Céu austral; e com razão nos estava destinado fixar a sua importância para a navegação, sendo assim o Cruzeiro do Sul, na bela frase de ilustre professor, «uma constelação bem portuguesa». Camões sabia tudo isso; e não é sem uma estranha emoção que se lêem essas páginas da *Astronomia dos Lusíadas*, nas quais transluz ainda mais viva a certeza de que o Poeta é bem o epónimo nacional, até na forma como representa o Portugal sábio daquele tempo.

Mas eis que no ano seguinte (1915) o escritor João da Rocha vem acrescentar mais um belo capítulo à história dessa época. Chegou a ser moda de há alguns anos para cá, e entre nós, amesquinhar a figura do Infante D. Henrique, negando-lhe grandeza moral e até a preponderância decisiva na iniciativa das Descobertas, amesquinhando e ferindo ao mesmo tempo a grandeza e os intuitos desta Obra. João da Rocha no seu livro *A Lenda Infantista*, com uma forte erudição e um belo entusiasmo, que não exclui a serenidade do crítico, não só reabilita largamente aquela grande figura nacional, como rasca-nha em sóbrios mas nobres traços a nossa missão de povo iniciador da Renascença.

E como que, para anunciar estas descobertas da História, remate, sagração, expressão viva da sua beleza, apareciam um pouco antes, libertos e ressurgidos, os próprios heróis daquele século eterno, os navegadores, os guerreiros, os letrados e os sábios, na visão épica do Políptico de S. Vicente.

Joaquim de Vasconcelos, o sábio historiador da Arte, que primeiro escreveu sobre êsses painéis, Luciano Freire, que os restituiu à sua primeira forma, e José de Figueiredo, que tão erudita e amorosamente os estudou, atribuindo-os a Nuno Gonçalves e dando-lhes uma tão grandiosa interpretação, são todos credores do nosso reconhecimento pela formosíssima obra que nos entregaram e ajudaram a compreender.

E representando êles, como crê José de Figueiredo e tudo parece indicar, a glorificação do pensamento nacional coevo — os Descobrimentos marítimos e a conquista ao mouro, exaltação pela Arte da Tavola-Redonda lusitana, agrupada em volta do Santo do Cabo, «morador e defensor da dita cidade (Lisboa) e outrosim da casa de Portugal», como diz a crónica, afigura-se nos bem mais explicável de que àquêlê crítico de Arte a presença num dos quadros do orgulhoso judeu, que ali deverá representar a seita dos velhos astrólogos da sua raça, que liam a constelação do nosso Destino e com o seu alto saber, que remontava às fontes da Grécia, iam colaborar connosco na parte sábia das Descobertas.

Nós, que já éramos tão grandes, como Povo civilizador, crescemos de súbito aos nossos próprios olhos. Aparece mais clara e varrida de luz a nossa grande missão. A nítida consciência dum velho pensamento nacional vem esclarecer agora as nossas grandes finalidades.

Um povo que pode assim ensimesmar-se e inspirar-se na própria essência do seu espírito criador, não precisa para determinante dos seus actos, nesta hora, da influência materna de pátria alguma, por grande que seja.

E por isso dizíamos que atribuir à França uma maternidade civilizadora sobre nós, no momento em que estamos a lutar ao seu lado numa guerra, que há-de transformar o Mundo, é pouco político. Para entrarmos numa guerra civilisadora temos motivos seculares, para nós mais profundos e de maior orgulho.

Se dêste pélago humano revolvido pela maior das tempestades tem, como cremos, de nascer um novo mundo mais amoroso e belo, é justo, é legítimo, é necessário que, ao surgir a Nova Terra, possamos assentar nas ribãs da costa, como nos bons tempos, o vedro padrão das Descobertas.

JAIME CORTESÃO.

O MÊS LITERÁRIO

Por não ter chegado a tempo, não publicamos neste número a crónica habitual do nosso illustre colaborador Joaquim Manso. Sairá no próximo número.

PELA MULHER, por José Augusto de Castro

Longe desta buliçosa capital, em quieta e arejada cidade provinciana, vive o escritor José Augusto de Castro; e de lá nos envia êle, com ternura amiga, o seu último livro *Pela mulher*, com o sub-titulo *Cartas Intimas*. Assim enfeixa o autor, com prosa correntia e vigorosa, mais de uma centena e meia de páginas, cheias de respeitoso entusiasmo pela dignidade feminina. É um livro de cânticos, vindos do fundo duma alma boa, suaves, amorosos e castos, à mulher, entre os quais, por vezes, brilha a espada combativa e incruenta do ousado defensor da mulher ultrajada, da mulher vítima, da mulher escrava. Quere-a ao lado do homem, mas nivelada com êle, e, só assim será verdadeiramente a companheira do homem, numa civilização nova que, liberta de egoísmos e orgulhos, de ambições e maldades, seja o mais belo timbre da humanidade.

A tese apesar de muito debatida, apresenta-a o autor com raciocínios claros, deduções lógicas. É um soldado cristão a batalhar com inteligência e vigor, é um apóstolo libertário a convencer-nos com verdades e sentimentos.

O novo livro é um trabalho todo de coração, dêsse coração generoso e patriota do intemerato propagandista que é, e sempre tem sido, o bom cidadão Augusto de Castro. Que a mulher portuguesa, sempre grata, não deixe de lhe dirigir os seus louvores a quem tanto a exalta com palavras de verdade, é certo, mas também com o denodo de combatente audaz e heróico, e a quem com tanto brilho procura converter em realidade a justiça da ansiada aspiração.

OS LUSÍADAS, de Luís de Camões

Prosseguindo no seu labor de professor inteligente e estudioso, o Sr. general Alberto Marques Pereira deu-nos agora o terceiro volume dos *Lusíadas*, com anotações, para uso das escolas, como diz o autor, e com uma carta-prefácio do illustre «camonianista» Sr. Dr. Xavier da Cunha.

Sabida como é a dificuldade da leitura dos *Lusíadas*, o trabalho do Sr. general Marques Pereira tem o grandíssimo merecimento de abrir caminho desbravado à inteligência de qualquer aluno dos nossos liceus que queira fazer o estudo do imortal poema: e é, decerto, fruto compensador de aturadas canseiras intellectuais.

Parecerão, talvez, minuciosas em demasia as anotações do distinto professor; não se deve, porém, perder de vista que a edição é destinada aos escolares e, duma maneira genérica, a todos os leitores menos cultos que, por o serem, procuram mais consciente e sólida illustração; e esta, sem dúvida, facultta-a ao aluno o meticoloso trabalho do Sr. general Marques Pereira.

Mas, que o valioso e meritorio estudo não aproveita só aos alunos, senão aos próprios professores, afirma-o com segurança o sábio autor da carta-prefácio, e, por certo, não ficará isolada a afirmativa do erudito camonianista.

ELIZIO DE CAMPOS.

RECAPITULAÇÃO DA HISTÓRIA DA LITERATURA PORTUGUESA
 III— OS SEICENTISTAS— Pôrto, 1916.— IV-688 pág., por Teófilo Braga

Quando as Literaturas se afastam das fontes naturais da Tradição seguindo uma imitação erudita, ou uma artificiosa originalidade, tornam-se o produto de uma aberração doentia; faltando-lhes a comunicação com o público e um destino social, apoiam-se nos preceitos banais da retórica e na superstição dos modelos.

Deu-se no século XVII em todas as Literaturas da Europa êste desvio das suas bases naturais; chamou-se a esta corrente do mau gosto — *Culteranismo*.

Penetrou o seu influxo em Portugal de um modo absoluto, caracterizando todas as manifestações estéticas do século, e maculando a obra de espíritos superiores.

O que se passou em Portugal foi simultâneo em Espanha, Itália, França e Inglaterra, o que leva a considerar uma causa geral, imanente ao mesmo século.

As Literaturas confinavam-se nas Côrtes e nas Academias.

Qualquer actividade da intelligência, estética, científica ou filosófica, exercendo-se em um subjectivismo exclusivo e sem relação com o meio social, cai na degenerescência mórbida.

As Literaturas fechadas nas Côrtes e nas Escolas e Academias caíram nas banalidades do *Humanismo*.

A Igreja, que renegara a Antiguidade, teve de adaptar-se ao espírito da Renascença; os Jesuítas, querendo fortalecer o Papado, e vendo a corrente histórica do estudo das Humanidades, essencialmente secular, organizaram-se para se apoderarem do ensino público europeu, abriram Colégios, e ensinaram as disciplinas literárias da civilização, que a própria Igreja condenara.

O carácter decadente das Literaturas ocidentais no século XVII, por isso que é comum e simultâneo, revela também esta causa idêntica.

Os Jesuítas ficaram directores da cultura literária ou humanista, ao passo que o estudo das Sciências adquiria um desenvolvimento espontâneo alheio à sua influência, e até certo ponto em acôrdo com as Monarquias absolutas.

É esta a segunda fase do século XVII, e a que preponderou na civilização europeia.

A falta da participação de Portugal no extraordinário movimento científico do século XVII fez com que a actividade intelectual se dependesse em um exercício disparatado da retórica, que viciou tudo: a linguagem, a poesia, o teatro, a história e a própria eloquência do púlpito.

As Academias italianas, que de literárias se converteram em científicas no século XVII, na Espanha immobilizaram-se em *Tertúlias*, e com êsse carácter se reproduziram em Portugal.

As bibliotecas estão repletas de manuscritos dêste período literário. Uma vez separados da naturalidade, não tinha limites a aberração mental; há nos Seiscentistas uma tendência satírica, que os absolve, porque protestavam contra o absurdo da moda.

No meio dos desconcertos dos *Culteranistas* destacam-se, pela superioridade

dade no lirismo, Francisco Rodrigues Lôbo e D. Francisco Manuel de Melo. Conheceram estes dois eminentes poetas as tradições portuguesas.

Rodrigues Lôbo, cujo amor exaltado por D. Antónia de Meneses é o tema exclusivo da sua obra literária, difundiu no *Condestabre* a esperança da restauração nacional.

*

Pelas particularidades da biografia de D. Francisco Manuel determinam-se duas épocas na sua existência, que actuaram profundamente nas modalidades do talento do escritor. Discípulo das escolas e do humanismo dos Jesuítas, freqüentador entusiasta das Tertúlias literárias, é o seu jovem espírito envenenado pelo falso gosto do *Conceptismo*.

Preponderava o pedantismo retórico no meio social, e D. Francisco Manuel de Melo obedece à corrente despendendo o seu génio em compor Silvas, Labirintos e Obeliscos literários, em estilo culteranesco na inanidade das exaltações encomiásticas. Envolvido na incessante actividade das campanhas navais, levantamento de terços, cruzeiros e assédios, na sociedade desenvolvida da corte de Filipe IV, o cavaleiro fidalgo na sua ardente mocidade só entrevia a disciplina do seu espírito conhecendo de perto D. Francisco de Quevedo, aproximando-se muito daquela singular individualidade; mas um acidente, que se tornou o facto capital da sua vida, forçou-o à concentração moral, à intensa vida de espírito pela situação forçada de nove anos de cárcere e isolamento; o estilo arrebicado tornou-se de uma encantadora naturalidade, o sentimento vivo e comunicativo, a inspiração uníssona com a expressão da dor. Foi nesta crise tremenda e prolongada que êle se tornou um delicado poeta, renovando a tradição do puro Quinhentismo do gosto mirandino e camoniano; um prosador espontâneo, vigoroso, de empolgante vernaculidade, ingénua e facilmente para as especulações morais, sóbriamente pitoresco em as narrativas históricas¹.

*

Acentuam-se dois aspectos no lirismo seiscentista; uma viva compreensão do estilo *camoniano*, continuando-o com felicidade, conciliando-se com a renovação das formas velhas da redondilha agora admiradas na primeira fase *mirandina*.

Estas duas correntes do gosto quinhentista suscitarão os antagonismos entre *Camoiístas* e *Tassistas* pela preocupação da linguagem figurada, das imagens deslumbrantes e fantasiosos tropos, prevalecendo nos líricos culteranistas os romances assonantados, amorosos, místicos, picarescos e granadinos.

Todo êste lirismo gongórico refulge nos Romances de António da Fonseca Soares (Frei António das Chagas), que se ocultou sob a cogula monástica de asceta varatojano; neles existe a vibração sensorial da sua vida mundana, o drama passional, que se transformou em ardente apostolado.

(Continua).

MARQUES BRAGA.

¹ Cf. Thilarète Charles, *Voyage d'un critique en Espagne*.

OS TEATROS

A nova época teatral iniciou-se em Lisboa com um ruído êxito, que conta raros precedentes: a revista *O Novo Mundo*, representada no Eden e que tem a firmá-la um trio de revisteiros experimentados e felizes: Ernesto Rodrigues, Félix Bermudes e João Bastos. Ao subir à scena exhibia-se *A Princesa Magalona* no Avenida, outra revista que deu uma larga série de representações e que, se não era maravilhosa de graça, de imaginação e de riqueza decorativa, no entanto possuía, apesar dos velhos moldes, alguma cousa de interessante, como o quadro em que as imortais figuras dos folhetos de cordel — todas elas sem faltar nenhuma — desfilavam ante a princesa, formando a sua bizarra côrte. Reabriram, seguidamente, os teatros de declamação: primeiro o Ginásio, onde se reúne o grupo de artistas mais homogêneo e mais juvenil da capital, com a *reprise* da engenhosa comédia burlesca de Georges Feydeau, *O Hotel do Livre Câmbio*, ressurgida também recentemente em Paris; depois o República, com o *Poema de Amor*, a notável peça de Eduardo Schwalbach; em terceiro lugar o Nacional, com a estreia de *O Escândalo*, de Henry Bataille, trasladado a português por Melo Barreto. O maior êxito, porém, na primeira semana de Novembro, continuava sendo *O Novo Mundo*, com os seus dois actos, em duas sessões sucessivas todas as noites, e uma enorme e constante afluência de público a disputar a entrada e a encher o cofre da empresa, digna, sem dúvida, de ver premiados o seu esforço e a sua audácia.

¿ Porque tão radicada e fremente simpatia, tão intenso entusiasmo por semelhante género teatral que se banalizou e tem descido as ultimas escaleiras da degradação com a chalaça erótica e o trocadilho obscuro emmoldurando o comentário político e a apoteose do heroísmo e das glórias de outras eras? E porque a revista — apesar de tudo — encerra particulares encantos. A revista é hoje, simultâneamente, farça e opereta, crítica de costumes e de acontecimentos, exhibição de quadros vivos architectados sôbre episódios e lendas que a história ou a tradição guardaram; a revista persegue a personagem do dia e apossa-se do facto dominante para os enaltecer ou para os ridicularizar; a revista fere a nota sentimental ou grotesca em verso e em música e concretiza em símbolos ou personificações as virtudes invulneráveis da raça, os esplendores que iluminam o seu passado e as esperanças que alicerçam o seu futuro; a revista lança mão da coreografia em seus múltiplos aspectos, desde as danças clássicas da côrte e da ópera às danças modernas e sensuais importadas da América ou inventadas nas alfurjas e nos antros de prazer e de vício de Londres e Paris; a revista explora a beleza plástica das suas mulheres, que veste de vaporosas roupagens para nol-as oferecer, afinal, voluptuosamente despidas; a revista é, em suma, o movimento, a fantasia, o tumulto, a côr, o riso, por vezes a lágrima, um apêto de coração, se recorre ao intermédio dramático dum monólogo ou duma scena de tragédia, como o têm feito Schwalbach e André Brun, — e tudo quási cinematográfico, com a rapidez do *film*, para que não fatigue e para que não enfade... Por isso o público, tanto a massa anónima que vive dos instintos e dos hábitos, como a gente culta e letrada com exigências intellectuais e estéticas, na hora febril e espectante que passa, prefere a revista a toda outra obra de teatro, por muito

elevada que esta seja nos seus intuitos e por muito bela na realização literária e na interpretação scénica. A revista distrai-o, diverte-o, dispensa-o de reflectir, afugenta-lhe preocupações, alivia-o de pesadelos, não o força nunca a pensar, — nem sequer quando o chicoteia ou, pelo menos, o belisca. E como o outro teatro, nomeadamente o de declamação, se exceptuarmos o da baixa comédia, atravessa uma crise de decadência assinalada pela escassez de autores e de intérpretes, a revista — à qual não falta quem a cultive e represente — fica, por assim dizer, quási só em campo . . .

O Escândalo, de Henry Bataille, se bem que a obra dum dramaturgo e dum poeta de talento seduzido pela morbidez, pelo desequilíbrio, pela miséria das almas contemporâneas, ainda se ouviria com interêsse, ou ao menos com curiosidade, neste instante de salubre renovação moral, se o teatro que o levou à scena dispusesse de artistas capazes de incarnar as suas estranhas, doloridas, contraditórias figuras . . . Não acontece, porém, assim, desgraçadamente; e *O Escândalo*, que Berthe Bady, Lucien Guitry e Pierre Magnier criaram com brilho no Renaissance, está longe de tolerar que o aproximem do que nos deram Palmira Tôrres, Carlos Santos e Luís Pinto no palco ilustre do Nacional . . . *O Poema de Amor*, estreia da passada época, viu, há um ano, desfilar ante as suas scenas adoravelmente românticas, repassadas de comoção e de lirismo, todos os que em Schwalbach admiram talvez ainda mais o insigne revisteiro do que excelente comediógrafo. Escolhendo-o agora para reabrir as suas portas, o República fez coincidir êsse facto com o anúncio da publicação da peça em volume, a cujo aparecimento imprime um especial sabor a campanha que contra a dignidade profissional de Schwalbach certos anónimos tentaram, e a que êle triunfantemente respondeu com a demonstração perentória e irrefutável de que *O Poema de Amor* não era, como se insinuava, um plágio de não sei quantas comédias espanholas e francezas . . . que êle não vira nem lera! Mas às desventuras de *Mateus no Poema*, e às de *Charlotte Férioul no Escândalo*, prefere o público as aventuras da *Varina* e as considerações políticas do *Ganga no Novo Mundo*, e dum extremo ao outro da cidade, a toda a hora do dia ou da noite, ouvimos trautear, cantarolar, assobiar, martelar ao piano a música das quadras maliciosas da peixeira de coroa heráldica e do fado originalíssimo do carroceiro filósofo . . .

A revista do Eden possui, com efeito, excepcionais condições justificativas do seu estrondoso successo. Montaram-na com requintes de luxo, com vulgar aparato de guarda-roupa e scenário, rivalizando no bom gosto e na engenhosa fantasia o *costumier* e os scenógrafos, que dest'arte contribuíram para lhe completar e realçar as belezas típicas. *O Novo Mundo* tem graça, actualidade, elegância, leveza e, contrabalançando com a acidez da alusão irreverente e a ironia e a frescura característica de certos episódios e de certos ditos, em que os autores, no emtanto, não foram, e muito acertadamente, pródigos ao exagêro, surge nos finais apoteóticos, como em quadros do segundo acto, o confôrto e o estímulo que a alma da pátria neste momento requiere. E o desempenho? Merecedor, por certo, de registo. Se Nascimento Fernandes, um cómico de singulares recursos, que nos faz rir sem que despregue os lábios, se conserva no primeiro plano, Estevam Amarante criou no *Ganga*, admiravelmente observado, o tipo perfeito e inconfundível do

carroceiro de Lisboa. Memoram-se os números de revista que tão vibrantes, estrepitosos aplausos conseguiram como êste arrancar; a nenhum actor, porém, o público fez repetir tantas vezes as suas coplas na mesma noite!

No Apolo caíram a revista *Última Hora*, em dois actos, e a peça, igualmente em dois actos, *Ciúmes em Coimbra*, com que se iniciou a época, mas a revista, em dois actos também, intitulada *Fólha Corrida*, e que dois novos firmam — Henrique Roldão e Roberto Sales — logrou satisfazer. Os autores, que revelam qualidades, temperaram-na com perícia ao paladar do público; a empresa esmerou-se na sua montagem e os intérpretes não lhe comprometeram a carreira. No Avenida encetou-se a época, auspiciosamente, com a opereta *O Reizinho*, de Marconi e Martini, música de Emerichi, estreando-se como actriz uma distinta amadora de canto: Alice Pancada.

E eis a resenha rápida do que ocorre nos teatros de Lisboa, cumprindo não esquecer o Coliseu com uma companhia italiana de opereta e o reaparecimento de Guitry no República. O primeiro original português que esta casa de espectáculos põe em scena é *O Infante de Sagres*, peça histórica, em verso, do poeta ilustre que se chama Jaime Cortesão. Vem na hora própria. Compreendê-lo há, senti-lo há o público?

AVELINO DE ALMEIDA.

ECONOMIA & FINANÇAS

FINANÇAS DO BRASIL

Já em tempos a *Atlantida*, pelo grande e justificado interêsse que lhe merece tudo quanto se refere ao país-irmão, teve ocasião de fazer larga referência a um importante documento acêrca da situação financeira do Brasil. Esse documento foi, como talvez estarão lembrados os nossos leitores, a mensagem presidencial sôbre as Finanças da grande União Sul-Americana.

Agora, por notícias recém-chegadas, acabamos de ter conhecimento de mais dois valerosos documentos oficiais, que mais cabalmente esclarecem o assunto e que são:

- A) O parecer da Câmara dos Deputados sôbre o orçamento de 1917;
- B) Um relatório federal sôbre a Dívida brasileira.

A êles nos vamos reportar, começando pelo enunciado do:

Orçamento federal. — O Poder Executivo apresentou uma proposta de orçamento para 1917 que nos é fácil sumariar no quadro seguinte:

	Ouro (Contos de réis)	Papel
Registo geral	58.212	316.442
Registo especial	12.405	12.438
Receita própria dita	70.617	328.880
Títulos do « <i>funding</i> »	29.970	—
Conta do depósito de 2 milhões de libras (Londres).	17.777	—
Receita total	118.364	328.880
Despesa	97.750	406.388

O documento acima transcrito regista, pois, uma totalidade, feita a redução e cálculo em papel, de 589.283 contos (receitas) contra 621.428 (despesas) ou seja um *deficit* de 32.145 contos.

Este composto do desequilíbrio orçamentário foi julgado pela respectiva Comissão parlamentar como *optimista*, já pela inclusão dos valores do *funding* na coluna do receituário, já pelo exagerado cálculo do produto de certas categorias tributárias. Sem embargo e elevado mesmo o cômputo do *deficit* a mais de 54.000 contos, o parecer do Poder Legislativo, pela bôca da respectiva delegação, corrobora as fundamentadas esperanças do titular dos Negócios de Fazenda em obter no futuro ano o almejado desígnio dum são equilíbrio das Finanças brasileiras.

Vejam, agora, o segundo documento, ou seja aquele que se refere á Dívida do grande Estado sul-americano.

Dívida federal. — A dívida federal da Brasil em 1917 deve apresentar-se do seguinte modo :

	Contos (Papel)
Dívida externa (libras, 117 milhões)	2.333.095
Dívida consolidada interna	808.725
Dívida flutuante interna	436.764
Total	3.578.582

Vejam, sucessivamente como se decompõe cada um destes algarismos.

1.º *Dívida externa.* — A dívida externa do Brasil elevava-se em 31 de Dezembro de 1915 a 108.629.438 libras contra 104.481.728 em 31 de Dezembro de 1914 e contra 104.432.860 libras em 30 de Junho de 1914, isto é, na véspera do segundo *funding*.

Em 1898, quando se concluiu o primeiro *funding*, não passava de 34.697.300 libras. Triplicou desde então. Em 1917, com as emissões sucessivas do *funding* para o serviço da dívida, *esta deve atingir o algarismo de 117.432.860 libras.*

Em 31 de Dezembro de 1915, a dívida externa federal do Brasil decompunha-se do seguinte modo :

Empréstimos	Total em circulação (Libras)
1883	2.713.100
1888	4.173.100
1889	17.468.300
1895	6.925.900
1898 (<i>funding</i>)	8.368.600
1901	12.935.480
1903 (Pôrto do Rio)	7.698.100
1906 (Lloyd)	210.500
1908	1.839.400
1903-09 (Caminhos de ferro do Noroeste)	3.951.400
1909 (Pernambuco)	1.600.000

Emprestimos	Total em circulação (Libras)
1910	9.767.500
1910 (Caminhos de ferro Goyoz)	3.938.580
1910 (Lloyd)	1.000.000
1911 (Pôrto do Rio)	4.042.900
1911 (Caminhos de Ferro Baía)	2.400.000
1913 (» » » Ceará)	2.400.000
1915	11.000.000
1914 (<i>funding</i>)	6.196.578
	<hr/>
	108.629.438

Até 31 de Março do ano corrente as emissões do *funding* tinha elevado a 110 milhões de libras a dívida federal externa do Brasil e, como dissemos, em 1917, *essa dívida deve ultrapassar 117 milhões de libras.*

2.º *Dívida consolidada interna.* A dívida consolidada interna atingia 808.725.100 mil réis (contra 758.672 contos em 31 de Dezembro de 1915) e decompunha-se do seguinte modo:

	(Mil réis)
Apólices gerais	515.145.000
Apólices do Pôrto do Rio de Janeiro	17.300.000
Títulos emitidos para a construção e resgate do caminho ferro	216.818.000
Pôrto do Rio	12.420.000
Reclamações do Acre	1.624.000
Reclamações judiciárias	681.000
Consolidação de bilhetes do tesouro	26.403.000
Despesas administrativas	17.762.000
Lloyd brasileiro	591.000
	<hr/>
	808.725.000

3.º *Dívida fluctuante interna.* — A dívida fluctuante interna compreende:

	(Contos)
Bilhetes do tesouro—ouro e títulos emitidos para a liquidação das responsabilidades do tesouro	124.084
Obrigações do tesouro, pagáveis a pedido, metade em títulos da dívida, metade em bilhetes de tesouro	81.994
Fundo ao órfãos	9.974
Depósito das caixas económicas	142.196
Depósitos e consignações	5.040
Depósitos diversos	73.476
	<hr/>
	436.764

4.º *Serviço da dívida.* — Decomposto uma vez o capital da dívida pública federal do Brasil, nas suas diferentes espécies, segue-se naturalmente dar conta dos seus encargos. É o que faz também o relatório donde estamos a extrair e sumariar os dados desta crónica.

Os encargos da dívida externa elevar-se hão a partir de Julho de 1917, data em que se normalizarão de novo êsses pagamentos, a uma anuidade de 5.305.580 libras. Com a libra a 19\$000 réis, êsses encargos elevam-se a cêrca de 100:000 contos, em que seja dito de passagem se não compreende-a amortização. Esse algarismo é a resultante de um juro de 4 % sobre 53 milhões de libras de 4 1/2 % sobre 6,8 milhões, de 5 % sobre 42,3 milhões e de 5 % (*funding*) sobre 15 milhões.

Os encargos da dívida consolidada interna sobem a 48.050 contos.

Os encargos da dívida flutuante interna elevam-se a 17.841 contos.

Quere dizer: os encargos da dívida interna representam uma unidade de 65.890 contos, e os encargos totais da dívida federal correspondem a uma anuidade de 165.890 contos, *ou seja mais do que um quarto do orçamento total da União.*

5.º *Circulação fiduciária.*— Embora a circulação fiduciária seja uma dívida sem prazo de reembôlso e sem juro, não deixa de ser interessante constatar que em 30 de Abril de 1916 ela se elevava a 1.130.138 contos, sendo 1.035.378 contos em notas inconvertíveis.

Em conclusão: a despeito de grandes e onerosos serem ainda os encargos acarretados às finanças do público pelos sucessivos recursos ao crédito e finanças alheias, não resta, felizmente, dúvida de que as suas condições também nesse capítulo, dão margem e fundamento a uma progressiva emancipação. País de formidáveis e variadíssimos recursos, a que a actividade e intelligência dos seus habitantes é capaz de imprimir a melhor transformação e mais fecundo aproveitamento, o Brasil pode não só liquidar satisfatoriamente todos os seus compromissos financeiros, mas até transportar a essência dêsses compromissos, ocupando, um dia, a condição privilegiada de *credor*. São êsses votos de quantos apreciam e estimam o Brasil!

X.

No próximo número publicaremos nesta secção um artigo de Victor Falcão sobre a *Galeria das Artes*.

Notícias & Comentários

ESTUDOS BRASILEIROS

De *O Comercio do Porto*, transcrevemos, com a devida vénia, a seguinte nota de *D.*, cuja última parte tanto interessa as relações intellectuais luso-brasileiras:

«Em Portugal o Estado, desde que eu me entendo e até êste preciso momento em que estou escrevendo, só em ditadura tem conseguido realizar cousa que se veja. O Parlamento aberto só serve, em geral, para ir destruindo aos bocados o que as ditaduras tinham construído de uma vez. Assim tem sido sempre e assim foi, por exemplo, ainda em 1907, data da última ditadura monárquica. Desde Maio a Dezembro dêsse ano, estando à frente da Instrução Pública portuguesa o Sr. conselheiro João Franco, decretou-se em ditadura o desdobramento das direcções gerais do ensino primário, e do ensino secundário, superior e especial; reorganizou-se em amplas e democráticas bases o Conselho Superior da Instrução Pública; descentralizou-se liberalmente, com seguríssimas cláusulas de seriedade e justiça, a nomeação, transferência e demissão de professores; foi posta em vigor e em execução imediata uma lei de pensões de estudo no Estrangeiro, mediante a qual logo se espalharam pelas melhores escolas da Europa cêrca de sessenta professores e alunos nacionais; habilitou-se a Sociedade Nacional de Belas-Artes a edificar em poucos meses a sua sede e galeria de exposições; deu-se o primeiro e decisivo passo para a liberdade administrativa e pedagógica do ensino superior; promoveu-se a construção, logo a seguir concluída, dos três grandes edifícios liceais de Lisboa e começou-se a tratar activamente dos do Pôrto; applicaram-se centenaes de contos de réis à compra de material de ensino secundário e superior. E se, nesses escassos sete meses de trabalho intenso, houvéssemos tido tempo para pensar na cadeira de Estudos Brasileiros, decerto a teríamos criado em boas condições de servir e de prosperar.

O que lá vai, lá vai. Pensemos agora em como, sob o domínio de circunstâncias bem diferentes, se poderá prosseguir útilmente no esforço encetado por meio dúzia de idealistas dignos de aplauso e de incitamento.

O primeiro factor a ponderar parece ser êste; pela sua própria natureza,

a cadeira de Estudos Brasileiros está destinada ou condenada (segundo as opiniões) a não ter um titular vitalício. Já ouvi dizer, e a meu ver com certa razão, que o ideal seria entregar a regência por um ou dois anos a qualquer reputado escritor ou publicista brasileiro que viesse encarregar-se dela por êsse tempo, para ser substituído no fim dêste lapso por outro nas mesmas condições. Se assim se fizer, sentir-se há desde comêço a falta de um assistente fixo, a quem incumba não só auxiliar o professor durante a regência e servir de ponte entre êle e o auditório, mas também, e principalmente, organizar e conservar o material de trabalho, de informação e de referência, que aos sucessivos docentes será necessário e que, acumulado, arrumado e mantido em dia, pouco a pouco se irá enriquecendo e transformando na almejada *Casa do Brasil*, em que já por vezes tenho falado e sem a qual não poderá haver em Portugal estudos brasileiros a sério e a valer».

JAIME DE MAGALHÃES LIMA

No último número da *Atlântida* publicou êste nosso eminente e querido colaborador um admirável artigo, em que a nossa revisão, infelizmente, deixou passar alguns erros. É assim que no penúltimo período da página 1093 se lê *catecismos* em vez de *Cataclismos*. E que as palavras «Revolução Francesa» saíram indevidamente sublinhadas, quando deviam ser impressas em tipo comum. Muito sinceramente pedimos perdão destas negligências involuntárias ao grande escritor.

FONTOURA XAVIER

No número 11 da *Atlântida* saíu um soneto, *Vitória Régia*, do ilustre poeta e diplomata brasileiro Fontoura Xavier, acompanhado da sua tradução. Mas a colocação dêsses dois sonetos saíu errada, deixando talvez julgar aos nossos leitores que a tradução era o original. No próximo número publicaremos uma nova tradução dos mesmos versos, devida ao grande poeta americano Ruben Dario.

DR. MIGUEL CALMON

Trazem-nos os jornais a notícia de ter sido escolhido para reger a cadeira de Estudos Brasileiros, em Lisboa, o Dr. Miguel Calmon, ilustre cientista, político de larga envergadura e, sem dúvida, um dos homens mais eminentes do Brasil contemporâneo. A *Atlântida*, que, no próximo número, publicará o retrato do Dr. Miguel Calmon, congratula-se vivamente pela escolha da *Academia de Letras*, que soube encontrar, para a regência da nova cadeira, o homem de saber e de talento, e também de esperança e de fé, na aproximação dos dois países, que era necessário enviar a Lisboa como representante intelectual da grande nação fraterna.

DR. MANUEL MONTEIRO

Um dos grandes amigos da *Atlantida* saiu de Portugal: — o Dr. Manuel Monteiro, nomeado juiz do Tribunal Internacional do Cairo. Grande carácter, talento nobre, espírito culto, o Dr. Manuel Monteiro vai representar o seu país numa das mais difíceis magistraturas do mundo. E de certo colherá, longe da Pátria, os mesmos triunfos e aplausos que todos aqui lhe dispensaram, num preito de justiça em que nunca houve nem favor nem lisonja. A *Atlantida*, que dêle obteve a promessa de colaboração próxima, despede-se do eminente homem público com verdadeira saudade, e fica esperando ansiosamente as páginas d'arte e de crítica que o Dr. Manuel Monteiro lhe prometeu.

*
* *

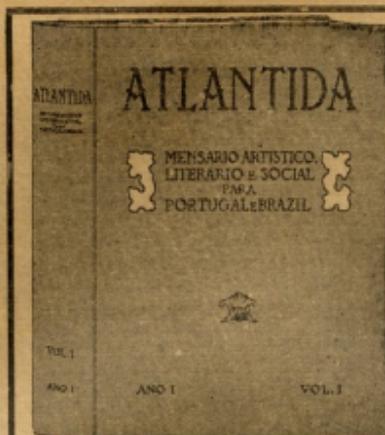
No próximo número a *Atlantida* publicará, além da continuação da magnífica novela de Teixeira de Queiroz, *Russa de má' pêlo*, um artigo interessantíssimo de Júlio Brandão sobre os *Jogos-Floraes Luso-Brasileiros*, um conto de Lopes de Mendonça e outro de Aquilino Ribeiro, versos de Flexa Ribeiro e de Augusto Gil, um estudo histórico de Júlio Dantas, outro sobre a *Linguagem alto-minhota*, do Dr. Alves Pereira, um ensaio sobre o *Codigo Civil Brasileiro*, de José de Matos Cid, e um trabalho de Fran Paxeco sobre as relações comerciais entre Brasil e Portugal. A sua colaboração brasileira será também particularmente escolhida.

Muito brevemente inseriremos também um artigo de Agostinho de Campos sobre as relações luso-brasileiras.

No próximo número publicaremos:

A Navegação para o Brasil

entrevista com o Sr. Ministro do Trabalho.



Encadernações e Capas

(ESTÃO PUBLICADOS
OS VOLUMES I-II e III)

Cada capa	\$30
Pelo correio	\$32
Cada encadernação.	\$50
Pelo correio	\$56

Cada Volume encadernado.	1550
Pelo correio.	1556

PEIDOS À ADMINISTRAÇÃO:

**Largo Conde Barão, 49
LISBOA**
**e Avenida Rio Branco, 128
RIO DE JANEIRO**

NOTA: — À fim de evitar as despesas de cobrança, lembramos a conveniência de fazer acompanhar os pedidos de capas ou encadernações da respectiva importância.

SUMÁRIO DO NÚMERO 12

<i>Os demolidores do Liberalismo</i>	J. Magalhães Lima
<i>A campanha patriótica de Olavo Bilac</i>	F. Penteado
<i>A Inglaterra, senhora dos mares</i>	Albertina Bertha
<i>Na sombra</i>	Alberto de Oliveira
<i>O Ferreiro</i>	Eduardo de Noronha
<i>A Psicologia dos telhados</i>	Celso Vieira
<i>Em Recoleta</i>	Hippolyto Raposo
<i>Os Padroeiros</i>	M. Albuquerque
<i>Do livro de Procluso</i>	Carlos Babo
<i>Sonho de morte</i>	André Brun
<i>Ano novo, vida velha</i>	
REVISTA DO MÊS	
<i>Cartas do Brasil</i>	João d'Além
<i>O mês literário</i>	Joaquim Manso
NOTÍCIAS & COMENTÁRIOS	
<i>Reproduções de: Antonio Ramalho, Sousa Pinto, Alves de Sá e Antonio Carneiro.</i>	
<i>Desenhos de: Raul Lino e Santos Silva.</i>	

CAXAMBÚ

A SOBERANA DAS AGUAS DE MESA

